



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 3497, de 2018

Da COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
ao
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 3497, DE 2018.
(Da Comissão de Defesa do Consumidor)

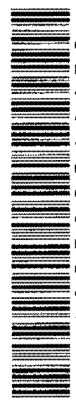
Requer informações ao Senhor Ministro da
Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações, acerca do atendimento em
telefonia móvel pela prestadora CLARO no
Distrito de Novo Horizonte, Araguaína/TO.

Senhor Presidente,

Em virtude da aprovação, em 11/04/2018, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, do Requerimento nº 218/2018, de autoria do Dep. Cesar Halum, e ainda com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos artigos 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – requeremos a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações, informações acerca do atendimento em telefonia móvel no Distrito de Novo Horizonte, Município de Araguaína, Estado do Tocantins.

Solicitamos respostas aos seguintes questionamentos:

1. Como são feitos os procedimentos de fiscalização e quais as técnicas de investigação utilizadas pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e, em especial, pela operadora Claro (que opera em Araguaína) para verificar o cumprimento das obrigações contratuais das prestadoras dos serviços de telefonia?
2. Quais os prazos e penalidades pelo descumprimento dos compromissos estabelecidos para o atendimento, com telefonia móvel, das Tecnologias 2G ou 3G?



* C D 1 8 5 3 2 0 5 4 1 1 7 8 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

3. A antena da Operadora CLARO, localizada no Município de Araguaína/TO, cumpre os requisitos mínimos de abrangência quanto ao atendimento do sinal para a cobertura da área contida até 30 (trinta) quilômetros do limite da sede municipal, alcançando, assim, o distrito de Novo Horizonte, como informado pela Anatel?

JUSTIFICATIVA

No ano passado, o Deputado Cesar Halum endereçou à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Ofício nº 290/2017, por meio do qual encaminhou demanda da Câmara Municipal de Araguaína/TO, no sentido de promover a **ampliação de acesso do Serviço Móvel Pessoal – SMP (celular e banda larga móvel)** ao distrito de Novo Horizonte. Recebeu o informe nº 45/2017/SEI/PRUV/SPR, daquela Agência ressaltando o que segue:

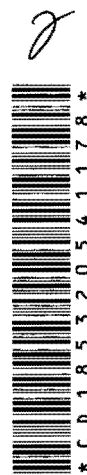
“... Vale ressaltar, entretanto, que a área de **cobertura obrigatória** para a telefonia móvel, SMP, prevista dentre as obrigações existentes até o momento, engloba somente os **Distritos Sedes** dos Municípios. É considerado atendido o município quando a área de cobertura contenha, pelo menos, **80% (oitenta por cento) da área urbana do Distrito Sede**. O **atendimento rural** alcança qualquer **demandas para local que esteja situado dentro da área contida até 30 (trinta) quilômetros do limite da sede municipal**, com serviço de voz e dados fixos. A **localidade de Novo Horizonte em princípio encontra-se a menos de 30 km dos limites do distrito sede do município de Araguaína**, e deste modo é elegível ao atendimento com serviços de telefonia fixa e dados fixos internet fixa pela prestadora CLARO, nos termos do Edital de Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV – ANATEL.

A prestadora CLARO declarou o atendimento do município de Araguaína com os serviços acima citados, passível ainda de fiscalização desta Agência.

E, ainda, que: quanto ao atendimento com Telefonia Móvel (Tecnologia 2G ou 3G):

“... Atendimento às sedes de municípios com população acima de 100 (cem) mil habitantes com SMP (tecnologia 3G) **até 31 de maio de 2016**”.

Destaca-se, por oportuno, que Araguaína é o segundo município mais populoso do Estado do Tocantins, atrás apenas da capital Palmas e de acordo com as informações prestadas pela ANATEL, o Distrito de Novo Horizonte já deveria





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

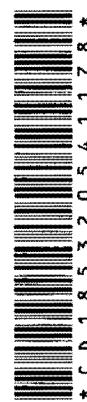
contar com o atendimento de telefonia móvel, por localizar-se a menos de 30 km (trinta quilômetros) do distrito sede.

Nesse sentido, e considerando os documentos apresentados em anexo a este Requerimento (Ofícios à Anatel e à Claro), as informações a serem prestadas pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, permitirão a esta Casa Legislativa cumprir seu desiderato que inclui a fiscalização o cumprimento da universalização do atendimento à população brasileira relativa aos serviços de telecomunicações.

18 ABR. 2018

Sala das Reuniões, 18 de abril de 2018.

Deputado JOSE STÉDILE
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Defesa do Consumidor

Ofício nº 018/2018/CDC – P

Brasília, 11 de abril de 2018

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Rodrigo Maia**
Presidente da Câmara dos Deputados

Ric. 3497/2018

Assunto: **Requerimento de Informações nº 218, de 2018.**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Requerimento de Informação anexo, para, após numerado, ser remetido ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Esclareço que o requerimento decorre da aprovação, no dia de hoje, por esta Comissão de Defesa do Consumidor, do Requerimento nº 218/2018, que *"Requer informações ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, acerca do atendimento com telefonia móvel pela prestadora CLARO no Distrito de Novo Horizonte, Araguaína/TO."*

Em adendo, para conhecimento e instrução, encontram-se cópias de ofícios, encaminhados pelo autor, aos Presidentes da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel e da operadora Claro, referentes à solicitação de instalação de repetidora no referido distrito, bem como resposta da Anatel.

Atenciosamente,

Deputado JOSE STÉDILE
Presidente

Secretaria-Geral da Mesa SFPCD 18/Abr/2018 16:03
Protocolo: 1124 Ass.: [Assinatura]
Origem: CDC



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal CÉSAR HALUM

Brasília, 23 de novembro de 2017.

Ofício. N.º 289/2017 - GCH.

A Sua Senhoria o Senhor
Oscar Von Hauske Solis
Presidente da CLARO

Senhor Presidente,

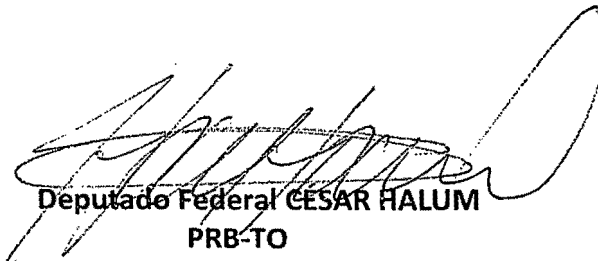
Dirijo-me a Vossa Senhoria, para solicitar a instalação de uma torre repetidora de telefonia móvel da CLARO, no Distrito Novo Horizonte, Araguaína - TO. A localidade possui um contingente significativo de pessoas (mais de cinco mil moradores) que não podem usufruir do serviço em decorrência da péssima recepção de sinal.

Essa comunidade fez abaixo-assinado, o Vereador Geraldo Francisco da Silva, fez uma indicação solicitando essa instalação, o Prefeito de Araguaína também solicitou a CLARO e em resposta, a CLARO informou mediante resposta CT GRE 04.021/2014 em 04/04/2014, que a área estava contemplada no Edital de Licitação nº004/2012, que atenderia até dezembro de 2015, conforme documentação anexa.

Diante desta situação e a verificando que a solicitação não foi atendida, até a presente data, solicito sua especial atenção em atender a comunidade que necessita urgentemente desta instalação.

Assim, na certeza de contar com sua especial atenção, reitero nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Deputado Federal CÉSAR HALUM
PRB-TO

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 422, CEP. 70.160-900 – Brasília –DF
Fone: (61) 3215.5422 Fax: (61) 3215.2422
e-mail: dep.cesarhalum@camara.gov.br/deputadocesarhalum@gmail.com
www.cesarhalum.com

Recebido
13/12/2017
Maurício Moura
[Assinatura]



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA

"A Capital Económica do Estado"
Fones: 63 99270-5445 / 99953-9763
CNPJ (MF) 02.773.216/0001-15 - MAT. INSS 08.021.10024-03

Ofício nº 083/2017

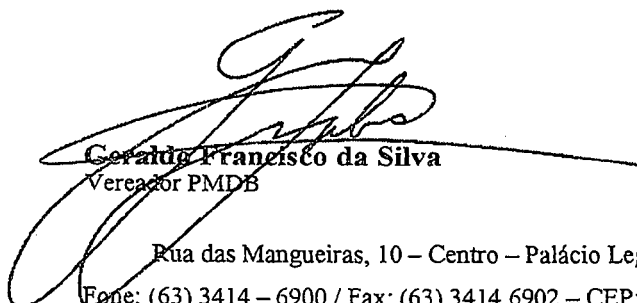
Araguaína, 21 de março de 2017.

Exmo Senhor
Cesar Hanna Halum
Deputado Federal
Nesta,

Senhor Deputado,

Após cumprimentá-lo, venho por meio deste expressar o anseio da comunidade do Distrito de Novo Horizonte e toda Região (Distrito da Barra da Grotta, Alpercata, Gurgueia, Caracol) solicitando assim de Vossa Senhoria interceda junto a Operadora **CLARO**, sobre a instalação de uma **Torre** de repetidora de telefonia móvel para o Distrito de Novo Horizonte atendendo assim aos mais de 5.000 (cinco mil) moradores que sofrem com o isolamento. A instalação da **Torre** se faz necessária em razão da dificuldade de comunicação em toda região, que não possui boa recepção de sinal para telefones móveis, ficando na maioria das vezes fora de área. E por tais motivos que envio as cópias de abaixo-assinado movido pela população relativo à necessidade da instalação da referida torre tão esperada pelos moradores.

Atenciosamente,


Geraldo Francisco da Silva
Vereador PMDB

Rua das Mangueiras, 10 – Centro – Palácio Legislativo Dep. Darcy Marinho
Fone: (63) 3414 – 6900 / Fax: (63) 3414 6902 – CEP: 77804-110 – Araguaína - Tocantins

Ofício nº 025/2014

Araguaína-TO, 2 de abril de 2014

A Sua Senhoria o Senhor
Ayrton Capella
Diretor de Assuntos Regulatórios
Claro
Brasília - DF

Prezado Diretor,

Solicitamos a Vossa Senhoria examinar a possibilidade de atender ao pedido efetuado através do ofício 40/2014, da Câmara Municipal de Araguaína, estado do Tocantins, pleiteando a instalação de uma torre repetidora de telefonia móvel para o Setor Novo Horizonte.

A localidade possui um contingente significativo de pessoas que não podem usufruir do serviço em decorrência da péssima recepção de sinal para esse tipo de serviço, o que acaba acarretando o isolamento dessa comunidade e prejudicando muito a qualidade de vida e o conforto de todas as famílias ali residentes.

Atenciosamente,



RONALDO DIMAS NOGUEIRA PEREIRA
Prefeito de Araguaína



CT GRE 04.021/2014

Brasília, 4 de Abril de 2014

Exmo Senhor
Geraldo Francisco da Silva
Vereador de Araguaína - TO

Assunto: Ampliação de Cobertura do Serviço Móvel Pessoal (SMP)

Referência: Ofício 40/2014

Prezado Senhor,

Reportamo-nos ao documento referenciado, no qual Vossa Excelência solicita a ampliação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) para o Setor Horizonte (Barra da Grota, Alpercata, Gurgueia, Caracol) localizados no Município de Araguaína - TO para prestar os seguintes esclarecimentos:

A expansão do Serviço Móvel Pessoal (SMP) para as áreas rurais está contemplada no Edital de Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV - ANATEL, que prevê atendimento às localidades situadas até 30 km do Distrito Sede do Município, até dezembro de 2015.

Informamos que as áreas rurais do Estado do Tocantins, bem como o Município de Araguaína, fazem parte das metas de atendimento da CLARO e que oportunamente serão definidas as localidades que serão contempladas, bem como os prazos de atendimento, com base nos estudos técnicos em andamento, observando-se os requisitos definidos no referido Edital.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Raimundo Duarte
CLARO
Diretoria de Assuntos Regulatórios

Patrícia Nunes Pereira
CLARO
Diretoria de Assuntos Regulatórios



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA

"A Capital Económica do Estado"

CNPJ(MF) 02.773.216/0001-15 - MAT. INSS 08.021.10024-03

Gabinete vereador : Geraldo Silva

Geraldosilva2@hotmail.com

Fones: 9263-3079 / 8134-4322 / 9270-5445

Araguaína-TO, 04 de Abril de 2014.

OF. 45/2014

Ao Ilustríssimo Senhor

Ayrton Capella

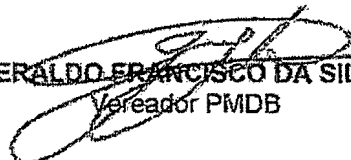
Diretor de Assuntos Regulatórios da CLARO

Brasília – DF

Senhor Diretor,

Após cumprimentá-lo, solicito de Vossa Senhoria a instalação de uma torre de repetidora de telefonia móvel para atender todas as escolas da Zona Rural do Município, uma vez que a instalação da Torre se faz necessária em razão da dificuldade de comunicação, facilitando assim a parceria entre a escola e a comunidade local ajudando nas atividades lúdicas e de entretenimento entre alunos professores e com possível acesso a internet. Anexa relação dos Nomes das Escolas da Zona Rural com quilometragem exata da mesma.

Atenciosamente,


GERALDO FRANCISCO DA SILVA
Vereador PMDB

ABAIXO-ASSINADO

Ao Excelentíssimo Sr. Geraldo Francisco da Silva

Os cidadãos abaixo-assinados, brasileiros, residentes e domiciliados no Bairro de Novo Horizonte, solicitam de Vossa Excelência buscar junto ao órgão

competente a instalação de uma torre de repetidora de telefonia móvel (CLARO) para setor Novo Horizonte atendendo assim aos mais de 5.000 moradores que sofrem com isolamento. A instalação de torre se faz necessária em razão de dificuldade de comunicação em toda região (BARRA DA GROTA, AUPERCATA, GURGUEIA E CARACO).

Por este motivo assino o presente.

Na certeza de termos nosso pleito atendido, encaminhamos este documento em 5 (cinco) folhas assinadas frente e verso por todos os cidadãos, a serem protocoladas em seu Gabinete.

Nomeamos a Sra. Jeane Pereira da Sousa, como nossa representante, caso sejam necessárias maiores informações

Araguaína - TO, 11 de Março de 2014.

- 1) Jervan Jace do Nascimento Rg. 34-360 Tele: 92497499
- 2) Jean Pereira de Sousa Rg: 1.021.487 Fax: 92410204
- 3) Adriano Martins Reis 92175816 502.204
- 4) Guacirama Ribeiro da Costa 92497499 1.042.042
- 5) Wellison Faria D e Souza 92443654
- 6) Luiz da Silva Zambado 92845197 RB 1.131.333
- 7) João Ram Santos
- 8) Romário Flávio Ferreira Te 92960235
- 9) Jilson Barbosa 921021
- 10) Maria Jose Veleza Silva
- 11) Rosa Maria Gonalves dos Santos 92378835
- 12) Rosmeire Alves de Almeida Silva 84654577
- 13) Roberto Gomes 92905253
- 14) Cleyton Batista de Araujo 754794 RB
- 15) Saturnino Marcos Araujo
- 16) Judiane Rodrigues da Cunha
- 17) Maria Claudete R. Cunha
- 18) Fátima Alves de Sousa
- 19) Ramundo Renato R. da Cunha
- 20) Geralda Moraes
- 21) Fátima Martins da Silva Araujo
- 22) Thais R. da Silva
- 23) Marcela Ferreira
- 24) Olívia Lucinda da Silva
- 25) Jovana da Silva Ramos
- 26) Zelson Cavetto da Silva

- 28) Camilla da Silva
- 29) Sabina M. de O. de S.
- 30) Zenia da Silva Souza
- 31) Glória Dias da Silva
- 32) Rosirene G. dos Santos
- 33) Juvenal G. da Silva
- 34) Pádua Pais de Souza
- 35) J. M. de Moura
- 36) Mônica da Silva Veloso
- 37) Cícera L. E. M. Saraiva 72 27 79 71
- 38) Juaneide P. de S.
- 39) Patrícia Paiva Saraiva
- 40) J. J. de Souza
- 41) Adilza Vieira Fernandes
- 42) Belizira Cesar
- 43) Eviza Francisca Moreira
- 44) Dousirene G. de R.
- 45) Sara Fernanda P. Saraiva
- 46) Adriana Maria de S.
- 47) Francisca Anna da Silva
- 48) Antônia de S. de S.
- 49) M. de S. de S.
- 50) João de S. da Silva
- 51) Carmília da Cruz Martins
- 52) Emília da Cruz
- 53) Bernardo da Silva

- 53 - Adenilton Ribeiro Fonseca
- 54 - Leonardo Sousa Mariano
- 55 - Adriano S. M. S.
- 56 - Raimundo S. M. S.
- 57 - Gleyson - L. S. S. S.
- 58 - Solange Lourenço de Paiva
- 59 - M^{te} Salvelina Lourenço Pinard.
- 60 - M^{te} Amélia de S. C. S.
- 61 - Raimundo de Souza Araújo
- 62 - Euandro César de Vasconcelos
- 63 - Edilton - M. S. S.
- 64 - Izabela Elena do Santos Sousa
- 65 - Rita de Cássia da Silva
- 66 - Maria Zulema, Lúcia da Silva
- 67 - Raimundo da Silva
- 68 - Raimundo da Silva
- 69 - M^{te} Yago do Nascimento
- 70 - Ribera Brandão Cinque
- 71 - M^{te} Yago do Nascimento
- 72 - José de Jesus - C. S.
- 73 - M^{te} Yago do Nascimento
- 74 - M^{te} Yago do Nascimento
- 75 - M^{te} Yago do Nascimento
- 76 - Raimundo R. Pinheiro
- 77 - M^{te} Yago do Nascimento
- 78 - M^{te} Yago do Nascimento
- 79 - M^{te} Yago do Nascimento

111000 da Silva Borges
1000000
1000000
1000000

1000000
1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

1000000

107- Joo James P. Silva 9.789-19

~~108~~ ~~109~~ ~~110~~ ~~111~~ ~~112~~ ~~113~~ ~~114~~ ~~115~~ ~~116~~ ~~117~~ ~~118~~ ~~119~~ ~~120~~ ~~121~~ ~~122~~ ~~123~~ ~~124~~ ~~125~~ ~~126~~ ~~127~~ ~~128~~ ~~129~~ ~~130~~

108 Gilma ~~109~~ ~~110~~ ~~111~~ ~~112~~ ~~113~~ ~~114~~ ~~115~~ ~~116~~ ~~117~~ ~~118~~ ~~119~~ ~~120~~ ~~121~~ ~~122~~ ~~123~~ ~~124~~ ~~125~~ ~~126~~ ~~127~~ ~~128~~ ~~129~~ ~~130~~

109 Jecivalven R. Costa

110 Ricardo Alvin da Silva

111 Fernando dos Santos

112 Milton Alves Bezerra

113 Ana Paula Ramoncelos

114

~~115~~ ~~116~~ ~~117~~ ~~118~~ ~~119~~ ~~120~~ ~~121~~ ~~122~~ ~~123~~ ~~124~~ ~~125~~ ~~126~~ ~~127~~ ~~128~~ ~~129~~ ~~130~~

116 Detonje Gino

117 Rodrigo Silva mundo

118 Fabio de Silva Leiswiler

119 Amaro

120 Leonardo Rodrigues de Sousa

121 Carlos do Santos Lima

122) Givaldo Virginio da Silva 9263 2744

123 Antenor Carlos da Silva 9237 0660

124 ~~125~~ ~~126~~ ~~127~~ ~~128~~ ~~129~~ ~~130~~

125 Karla Sousa Alves

126 Elaine Cristina Rocha

127 Felipe Augusto Mendes

128 Luciana da Silva Sousa

129) Maria dos Santos

130 Tayla Regina B. da Silva

31) Maria de Fátima Silva da Silva
Afonso e da Silva Santos

33) Marcos Henrique Faria Costa

34) Maria de Jesus da S. Sousa

35) José Maria S. Filho

36) Filomena da Silva Fernandes de Sousa

37) Valdeir Leonardo

38) José da Silva. 92490914

39) José de Araújo Brito

40) Teodoro

41) João da Silva

42) Roberto do Nascimento

43) Flávia Rod. Príncipe Sousa

44) João da Silva

45) João da Silva

46) Rione Souza de S.

47) Maria da Silva

48) João da Silva

49) João da Silva

50) João da Silva

51) Maria de Fátima da Silva

52) João da Silva

53) Carlos Oliveira e Silva

54) João da Silva

55) João da Silva

56) João da Silva

57) João da Silva

160 Filizio Carlos dos Reis

161 Valdemir Ribeiro Farias

162 Andriana Batista Castorino

163 Louza Brandão

164 D. ...

164) Orlando R. Colacic

164) Lilia Liana Nunes

165 Edson Mendes de ...

166 ... Santos

167 Maria Raimunda

168 Rosalina

169 ... Rocha

170 ...

171 ...

172 ...

173 ... 99521504

174 ... 92196750

175 ... da Costa

176 ...

177 ...

178 ...

179 ...

180 ...

181 FRANKLIN

182 ...

183 ...

184. Adenir Soares dos Santos
185. Alfredo Lopes de Sousa
186. Domingos Almeida
187. ~~João Carlos Almeida~~
188. ~~Osvaldo Soares de Almeida~~
189. José Antônio Pereira
190. Leonice Martins ~~Almeida~~
191. Leonice Rodrigues da Silva
192. Silvana da C. Martins
193. Maria Eunice Martins
194. Luiza Martins
195. Bento Paulo da Silva
196. Raimundo de Souza
197. José Batista M. de Souza
198. Vagner Rocha
199. Neumes da Silva F.
200. Lenilda da Silva Pires
201. Guilherme Almeida de Sousa
202. Helen Santos Lima

203. Comunidade

204. Elaine dos Santos

205. L. L. L.

206. Patrícia Silva Souza

207. Adriana Pereira da Silva

208. Renilson Pereira da Silva

209. ~~Caio~~ Cornélio de Souza 209

209. Lacerda

210. Guilena Neto da Silva

211. M^o Simone Ferreira de Souza

212. Maria de Lourdes F. da Silva

213. Edmilson Nascimento de Silva



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA

"A Capital Económica do Estado"
CNPJ(MF) 02.773.216/0001-15 - MAT. INSS 08.021.10024-03

PROTOCOLO
Processo Nº 261

08/02/12

Funcionário(a)

INDICAÇÃO Nº 033

Autor:

GERALDO SILVA

Destinatário:


PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O Vereador que o presente subscreve com assento nesta Colenda Casa de Leis, vem depois de cumpridas às formalidades regimentais e ouvidas o Plenário, requerer a V. Exª que se digne encaminhar expediente ao Exmo. Senhor, Diretor da CLARO / AMERICEL a seguinte INDICAÇÃO.

INDICANDO A SOLICITAÇÃO A INSTALAÇÃO DE UMA TORRE PARA ATENDER O BAIRRO NOVO HORIZONTE E O SETOR BAIRRA DA GROTA.

JUSTIFICATIVA

Os referido bairros não possui boa recepção de sinal para telefones móveis. Muitos aparelhos chegam a ficar completamente fora de área dentro do bairro e os poucos que funcionam têm sinal fraco.


GERALDO FRANCISCO DA SILVA
VEREADOR
Vereador - PMDB

REMETENTE a quem de direito
Em 29/02/12
PRESIDENTE

A comunidade do Setor Novo Horizonte e toda Região (Barra da Grota, Alpercata, Gurgueia, Caracol) vem por meio deste abaixo-assinado reivindicar a instalação de uma torre de repetidora de telefonia móvel para o Setor Novo Horizonte atendendo assim aos mais de cinco mil moradores que sofrem com o isolamento. A instalação da Torre se faz necessária em razão da dificuldade de comunicação em toda região. Por este motivo assino o presente.

Qtd.	Nome	RG	Expedição
01	RICARDO LUIZ SANTANA	745.884	SSP/TO
02	FABIO PEREIRA DA SILVA	450005	SSP/TO
03	CEZAR FERNANDO DA SILVA	290075	SSP/TO
04	WILSON ROBERTO BENEDES JUNIOR	876756	SSP/TO
05	FABRICIA CARLA SILVA RAMOS		SSP/TO
06	POUR HAN LINA DOS SANTOS	13170816	SSP/TO
07	MARCELO SILVA RAMOS	944902	SSP/TO
08	MADRI SOUZA COSTA	4944902	SSP/TO
09	ALAN JOAO CORREA	84080	SSP/TO
10	SETHONNY NAYARO ROMERO GONCALVES		
11	PAULO RODRIGUES DE SOUSA	64050	SSP/TO
12	ROSANA RODRIGUES DE SOUSA	284454101	COA
13	MIRILLO SILVA BENEDES		
14	MARILIA DOS SANTOS CORREIA	4907106	SSP/TO
15	WILSON FERREIRA DA SILVA		
16	CEDEMILSON A. POMCIANO	1.161.695	SSP/TO
17	OLAV SOUSA BENEDES	973922-TO	SSP/TO
18	WESLEY CARVALHO MARAHO		
19	ANDRÉ LUIZ DE SOUZA BRITO		
20	JOAO PEREIRA LIMA	1543252	SSP/TO
21	TACIENE RODRIGUES CARDOSO	2529408-72	SSP/TO
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			

A comunidade do Setor Novo Horizonte e toda Região (Barra da Grota, Alpercata, Gurgueia, Caracol) vem por meio deste abaixo-assinado reivindicar a instalação de uma torre de repetidora de telefonia móvel para o Setor Novo Horizonte atendendo assim aos mais de cinco mil moradores que sofrem com o isolamento. A instalação da Torre se faz necessária em razão da dificuldade de comunicação em toda região. Por este motivo assino o presente.

Qtd.	Nome	RG	Expedição
59	Jana Conceição		
60	Maria do Socorro Moreira Lima	201.967	
61	Isabel Pereira Zigue	887.586	
62	Maria Rita Emília dos Santos	208.216	
63	Elisandro Cardoso de Oliveira da Silva	42302	
64	Maria da Glória Rodrigues Gomes	225.673	
65	Tristina Maria Aires Garcia		
66	Conceição Pereira da Silva	208.816	
67	Maria Jacira Amaral da Silva		
68	Maria de Fátima da Silva Costa	335.218	
69	Paulo Henrique da Silva Cunha	034.870	
70	Raimundo Silva Ramos	1328.101	
71	Silvionir Ponceiro Ponceiro	232782	
72	Basilina Maria Ramos Santana	1.159.176	
73	Vitor Rodrigues dos Passos	69.575	
74	Israel Roberto Brito	87519763153	
75	Márcia Ferreira Mota dos Santos	1029 MO	
76	Janete Rito da Silva		
77	Edaine G. da Silva	326-071	
78	Maria Edvaldo de Freitas.	337.591	
79	Osvaldo Sérgio de Freitas		
80	Leopoldina Dagueira		
81	Francimar Simão de Freitas	1672468-88	
82	Francisco Simão de Freitas		
83	Maria Francisco de Souza	1.321267	
84	Ollanda dos Santos Sousa	39.475	
85	Maria Lucilene de Souza Oliveira	76.769	
86	Maria Daninha Barbosa da Silva	201.368	
87	João Elias Gomes	1001.650	

A comunidade do Setor Novo Horizonte e toda Região (Barra da Grota, Alpercata, Gurgueia, Caracol) vem por meio deste abaixo-assinado reivindicar a instalação de uma torre de repetidora de telefonia móvel para o Setor Novo Horizonte atendendo assim aos mais de cinco mil moradores que sofrem com o isolamento. A instalação da Torre se faz necessária em razão da dificuldade de comunicação em toda região. Por este motivo assino o presente.

Qtd.	Nome	RG	Expedição
117	Maria de Jesus M. de Andrade	1172.219	SSP-MA
118	Altair R. P. Santos	204.500	SSP/TO
119	Luiz Carlos da Costa	923.772	SSP/TO
120	Romário Lúcio da Silva	84.49.94	SSP/TO
121	Daniel Gomes de S. Pereira		
122	Rosângela Alves		
123	Frederico Rodrigues Sousa	49.692	SSP/RR
124	Fernanda da Silva de Jesus		SSP/TO
125	Adriana G. Sousa	876.774	SSP/TO
126	Edlane Oliveira de Lindade		
127	Maria do Socorro Gomes da Silva Sousa		
128	Paulo Gomes da Silva Nascimento		
129	Antônio José B. Nascimento da Silva		
130	Oliver Leão de Oliveira	CPF 440.921.724-00	
131	Malba Fernandes Pereira do Carmo		
132	Roberto de Fátima		
133	Roberto de Fátima		
134	Rogério Sousa Rocha	007.909.381-70	
135	Jose Alberto Batista do Nascimento		
136	Luiz Manoel		
137	Dirceu Gonçalves Rocha		
138	Raimundo do Espírito Santo	1226.856	SSP/TO
139	Daniel Lúcio de Jesus	56.330	SSP/TO
140	Raimundo Nando Gomes da Silva	587.660	221.34
141	Pelizo Araújo dos Santos		
142	Simone Mendes Henriques	21.967.473-4	SSP/SP
143	Luiz Roberto Xavier Santos		
144	Antônio Francisco de Araújo	416.598	SSP/TO
145	Wagner da Faria Cruz	677.945	SSP/TO

A comunidade do Setor Novo Horizonte e toda Região (Barra da Grota, Alpercata, Gurgueia, Caracol) vem por meio deste abaixo-assinado reivindicar a instalação de uma torre de repetidora de telefonia móvel para o Setor Novo Horizonte atendendo assim aos mais de cinco mil moradores que sofrem com o isolamento. A instalação da Torre se faz necessária em razão da dificuldade de comunicação em toda região. Por este motivo assino o presente.

Qtd.	Nome	RG	Expedição
204	Ana maria munda	954968-80	SSP/CE
205	Ana Paula Alves Aquino		
206	Cleuma Maria Pereira de Sousa	3210722	
207	Landimerey Rodrigues de Brito	967409	
208	Olmar Pereira Veloso	38513050	SSP/TO
209	Ridiane Rosa de Oliveira	684.679	
210	Marcos Filho R. Brito	745.329	SSP/TO
211	Antonina da Conceicao	388.731331	34
212	Baraquiel pro ferri da Silva	471.168	SSP/TO
213	Carlo S. Soares mendo	208.126	SSP/TO
214	Leão R. A. da Silva	32.500823	SSP/TO
215	Era de Leão Brito	4072636	
216	Henio Helena da Silva Lima	170.289	SSP/TO
217	Poliana Poliane dos Santos	647186	SSP/TO
218	Maria Crista Pereira Lima		
219	Pauline Alves Moreira Aquino	600427	SSP/TO
220	Luane Ribeiro da Silva	351-667	SSP/TO
221	Thiliane P. de Oliveira		SSP/TO
222	Kimara Gomes Mendes da Silva	860654	SSP/TO
223	GENILTON DA SILVA		
224	Carla Teixeira de Souza	1.335.083	SSP/TO
225	Alfonso Henrique da Silva	00123251440	SSP/TO
226	Rogério Nunes Lima		
227	Márcia Augusta S. da Silva	99943156187	
228	Juliana Ferreira Gomes da Silva P	065.178.41-17	
229	Marcia Odaquino Costa	272.397	SSP/TO
230	José Adalmo Batista da Silva	19.773155	2 SSP/TO
231	Francisco da Silva Gomes		
232	CARLOS H.R. COSTA	201593	SSP-TO

A comunidade do Setor Novo Horizonte e toda Região (Barra da Grota, Alpercata, Gurgueia, Caracol) vem por meio deste abaixo-assinado reivindicar a instalação de uma torre de repetidora de telefonia móvel para o Setor Novo Horizonte atendendo assim aos mais de cinco mil moradores que sofrem com o isolamento. A instalação da Torre se faz necessária em razão da dificuldade de comunicação em toda região. Por este motivo assino o presente.

Qtd.	Nome	RG	Expedição
233	Luiz Carlos Almeida de Souza	874.929	SSPTC
234	Wanderley da Silva	1.259.114	949PTC
235	Antonio Carneiro de Oliveira	942.255	SSPTC
236	Eleneia Aparecida de Sousa	346.756	SSPTC
237	Antonio Rosivaldo de Freitas	1095.608	SSPTC
238	Francisco Siqueira de Freitas	26.0451	-97 SSPTC
239	Marcos de Almeida Freitas	689.555	
240	Eleneia de Almeida de Sousa	730.513	SSP
241	Gabriela de Silva Freitas	8277.043	SSP
242	Antonio Anderson de Sousa	878.125	SSD
243	Roberto Silva Andrade	776.260	
244	Roberto Silva Andrade	344.864	
245	Roberto Silva Andrade de Sousa	-	
246	Roberto Silva Andrade de Sousa	1171.582	PPS
247	Maria Inês de Andrade	386.758	PPS
248	Roberto Silva Andrade	3546.356	
249	Roberto Silva Andrade		
250	Roberto Silva Andrade	607.968	
251	Roberto Silva Andrade	727.149	
252	Roberto Silva Andrade	765.051	
253	Roberto Silva Andrade	767.387	
254	Roberto Silva Andrade	1171.141	
255	Roberto Silva Andrade	1.203.899	
256	Roberto Silva Andrade	1.052.337	
257	Roberto Silva Andrade	350.529	
258	Roberto Silva Andrade	1070.012	
259	Roberto Silva Andrade	776.235	
260	Roberto Silva Andrade	701.920	
261	Roberto Silva Andrade	227.134	
262	Roberto Silva Andrade	902.510	

A comunidade do Setor Novo Horizonte e toda Região (Barra da Grota, Alpercata, Gurgueia, Caracol) vem por meio deste abaixo-assinado reivindicar a instalação de uma torre de repetidora de telefonia móvel para o Setor Novo Horizonte atendendo assim aos mais de cinco mil moradores que sofrem com o isolamento. A instalação da Torre se faz necessária em razão da dificuldade de comunicação em toda região. Por este motivo assino o presente.

Qtd.	Nome	RG	Expedição
262			
263	Fernando de Jesus Silva	1101516	55PTO
264	MATHEUS OLIVEIRA FREITAS	1.252.197	55PTO
265	Ednaís Oliveira de Freitas	874927	55PTO
266	Eduarda Oliveira Freitas	1.252.222	55PTO
267	MARCELO OLIVEIRA DE FREITAS	802.608	55PTO
268	Edina, arnuda martha de Freitas	906.354	55PTO
269	Antônio Simão de Freitas	162245-00	55PCE
270	Lucas Almeida	274.507	55PTO
271	maria Eduarda de Freitas	324587	55PTO
272	Luiz Fernando Freitas Miranda	144.552	55PTO
273	Regina de Jesus Silva	908222	55PTO
274	PEDRO VIANA DOS SANTOS	910.553	55PTO
275	Silviana Freitas Soares	888.513	55PTO
276	maria de Estima Oliveira Souza Gomes	902.254	55PTO
277	VALDIZZO OLIVEIRA DE SOUSA	690.137	55PCE
278	Reimunda Carmine de Souza	919.781	55PTO
279	RUA ENSCOSTE DESILLO	424.757	55PTO
280	FRANCISCO DE SOUSA FREITAS	919.41-95	55PTO
281	Lucimara Brandina da Silva	329303	55PTO
282	Maria Augusta de Souza "Rachas"	6784110-4	2455PTO
283	Danielle Pereira de Souza	1230746	55PTO
284	Cecim Claudio Macedo	1137643	55PTO
285	Daniel Pereira de Souza	1.258.306	55PTO
286	Wanderson Miranda Magalhães	1.155.133	55PTO
287	Estelita L.	930.678	55PTO
288	desempenha germaine de Souza	995146	55PTO
289	FRANCISCO OLIVEIRA DE SOUSA	1153048	55PTO
290	Regina, arnuda martha de Freitas	754287	55PTO

A comunidade do Setor Novo Horizonte e toda Região (Barra da Grota, Alpercata, Gurgueia, Caracol) vem por meio deste abaixo-assinado reivindicar a instalação de uma torre de repetidora de telefonia móvel para o Setor Novo Horizonte atendendo assim aos mais de cinco mil moradores que sofrem com o isolamento. A instalação da Torre se faz necessária em razão da dificuldade de comunicação em toda região. Por este motivo assino o presente.

Qtd.	Nome	RG	Expedição
291	Maria Navilene Lima de Sousa.	862-148	17/09/2003
292	Silma Lima de Sousa	873.358	28/11/2003
293	Ana Lucia Santos Rodrigues	1.156.786	7-08-09
294	Rizata morais da Silva	781.971	21-05-02
295	Maria José Lima de Sousa	843-801	22/05/2003
296	Flávia Rodrigues da Silva	38.686	
297	Joanna Edoneteinha Mendes Lima.	699.482	
298	Wanderley Lima	16652.951	30/12/1
299	Henli Barbosa Brito	207.693	
300	Maria Navilene Lima de Sousa	777-802	24/04/2002
301	Maria Navilene Lima de Sousa	868.178	20/10/2003
302	KATZILAS HEDRYANNO FERREIRA	1.280.730	11/07/2012
303			
304			
305			
306			
307			
308			
309			
310			
311			
312			
313			
314			
315			
316			
317			
318			
319			

A comunidade do Setor Novo Horizonte e toda Região (Barra da Grota, Alpercata, Gurgueia, Caracol) vem por meio deste abaixo-assinado reivindicar a instalação de uma torre de repetidora de telefonia móvel para o Setor Novo Horizonte atendendo assim aos mais de cinco mil moradores que sofrem com o isolamento. A instalação da Torre se faz necessária em razão da dificuldade de comunicação em toda região. Por este motivo assino o presente.

Qtd.	Nome	RG	Expedição
349	João Carlos A. de Almeida		
350	Rosário A. Santos	780342	SSP/TO
351	Clayton B. da Silva		
352	Hilton Martins da Silva		
353	Janete Ribeiro Fernandes		
354	Keliane Lopes dos Santos		
355	Maxime Gomes de Santos		
356	Marina Lima		
357	Marinho Gomes da Silva	786.800	TO
358	Wanderson Patrick de Jesus Almeida	6795585	PA
359	Anderson Barros Silva Monteiro		
360	Domingos Alves da Silva		
361	Geuzivan Oliveira Ribeiro		
362	Renata Oliveira de Andrade	9981-3220	
363	Genival Oliveira da Silva		
364			
365			
366			
367			
368			
369			
370			
371			
372			
373			
374			
375			
376			
377			



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal CÉSAR HALUM

Brasília, 23 de novembro de 2017.

Ofício. N.º 290/2017 - GCH.

A Sua Senhoria o Senhor
Juarez Quadros do Nascimento
Presidente da ANATEL

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Senhoria, para solicitar a intervenção dessa Agência Reguladora junto a operadora de telefonia CLARO para a instalação de uma torre repetidora de telefonia móvel, no Distrito Novo Horizonte, Araguaína - TO. A localidade possui um contingente significativo de pessoas (mais de cinco mil moradores) que não podem usufruir do serviço em decorrência da péssima recepção de sinal.

Essa comunidade fez abaixo-assinado, o Vereador Geraldo Francisco da Silva, fez uma indicação solicitando essa instalação, o Prefeito de Araguaína também solicitou a CLARO e em resposta a CLARO informou mediante resposta CT GRE 04.021/2014 em 04/04/2014, que a área estava contemplada no Edital de Licitação nº004/2012, que atenderia até dezembro de 2015, conforme documentação anexa.

Diante desta situação e a verificando que a solicitação não foi atendida, até a presente data, solicito sua especial atenção em atender a comunidade que necessita urgentemente desta instalação.

Assim, na certeza de contar com sua especial atenção, reitero nossos protestos de estima e consideração.

Cordialmente,


Deputado Federal CÉSAR HALUM
PRB-TO

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 422, CEP. 70.160-900 – Brasília –DF
Fone: (61) 3215.5422 Fax: (61) 3215.2422
e-mail: dep.cesarhalum@camara.gov.br/deputadocesarhalum@gmail.com
www.cesarhalum.com



Agência Nacional de Telecomunicações

SAUS, Quadra 6, Bloco H, 10º Andar, Ala Norte - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-940

Telefone: (61) 2312-2656 - <http://www.anatel.gov.br>

Handwritten:
Kaci...
29/01/18

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53500.051827/2017-63

Importante: O Acesso Externo do SEI (www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno) possibilita o Peticionamento Eletrônico para abrir Processo Novo e Inter corrente, podendo utilizar a segunda opção para responder este Ofício. Página de Pesquisa Pública do SEI: www.anatel.gov.br/seipesquisa

Ofício nº 533/2017/SEI/GPR-ANATEL

A Sua Excelência o Senhor

CESAR HALUM

Deputado Federal

Câmara dos Deputados

Praça dos Três Poderes - Anexo IV - Gabinete 422

70160-900 - Brasília - DF

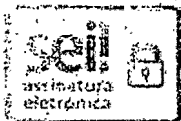
Assunto: Solicitação de atendimento com telefonia móvel na localidade de Novo Horizonte, no Município de Araguaína, estado do Tocantins.

Senhor Deputado,

1. Refiro-me ao Ofício nº 290/2017 - GCH, por meio do qual encaminha demanda da Câmara Municipal de Araguaína/TO, no sentido de se promover a ampliação de acesso do SMP no distrito de Novo Horizonte, naquela municipalidade.
2. Relativamente ao assunto, informo que demanda de igual teor já foi objeto de questionamento a esta Agência, por meio do Ofício nº 226/2017 - GCH. Naquela oportunidade, a Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) elaborou o Informe nº 45/2017/SEI/PRUV/SPR, já remetido a Vossa Excelência pelo Presidente da Agência, por meio do Ofício nº 134/2017/SEI/GPR-ANATEL.
3. Por oportuno, visto não haver acréscimo de novos documentos, tampouco mudança da situação fática, em atendimento a demanda formulada por meio do Ofício em epígrafe, reenvio o Informe acima referido que presta os esclarecimentos pertinentes.

Anexo: I - Informe nº 45/2017/SEI/PRUV/SPR (SEI nº 1382006);
II - Ofício nº 134/2017/SEI/GPR-ANATEL (SEI nº 1416623).

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente**, em 19/12/2017, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria nº 912/2017 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2236586** e o código CRC **A9C3DA53**.



INFORME Nº 45/2017/SEI/PRUV/SPR

PROCESSO Nº 53500.051827/2017-63

INTERESSADO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - DEPUTADO FEDERAL CÉSAR HALUM

1. ASSUNTO

1.1. Análise da solicitação de atendimento com telefonia móvel na localidade de Novo Horizonte, no Município de Araguaína, Estado do Tocantins.

2. REFERÊNCIAS

- 2.1. Lei Geral de Telecomunicações – LGT (Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997);
- 2.2. Plano Geral de Metas para a Universalização do STFC Prestado no Regime Público (PGMU) - aprovado pelo Decreto n.º 7.512, de 30 de junho de 2011;
- 2.3. Termos de Autorização para a prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP;
- 2.4. Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, aprovado por meio da Resolução n.º 477, de 7 de agosto de 2007;
- 2.5. Resolução n.º 560/2011, de 21 de janeiro de 2011, complementada pela Resolução n.º 587/2012, de 25 de abril de 2012;
- 2.6. Resolução n.º 622, de 23 de agosto de 2013, que aprova o Regulamento sobre a Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao público em geral (STFC) fora da área de tarifação básica (ATB);
- 2.7. Edital de Licitação n.º 002/2007/SPV – ANATEL (Bandas F, G, I e J) (“Edital 3G”);
- 2.8. Edital de Licitação n.º 002/2010/SPV – ANATEL (Banda H e subfaixas de extensão);
- 2.9. Edital de Licitação n.º 004/2012/PVCP/SPV – ANATEL (“Edital 4G”);

3. ANÁLISE

3.1. Trata-se do Ofício n.º 226/2017-GCH, do Gabinete do Deputado Federal César Halum, datado de 23 de março de 2017, protocolizado na Anatel sob o nº 53500.051827/2017-63, que solicita atendimento com telefonia móvel na localidade de Novo Horizonte, no Município de Araguaína, Estado do Tocantins.

3.2. Seguem as informações pertinentes, dentre as quais iniciamos com a diferença entre os regimes de prestação, privado ou público, que devem ser observados quando do estabelecimento de obrigações para cada serviço.

3.3. Temos que o Serviço Móvel Pessoal – SMP (celular e banda larga móvel), o Serviço de Comunicação Multimídia – SCM (banda larga fixa) e o Serviço de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura), são prestados sob o regime privado, baseados nos princípios constitucionais da atividade econômica, conforme o art. 126 da Lei Geral de Telecomunicações, onde, via de regra, o atendimento pressupõe interesse comercial, dependendo apenas do plano de negócios e estratégia de atuação comercial das prestadoras.

3.4. Já o Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (telefonia fixa) é o único prestado sob o regime público, este, com obrigações de universalização e continuidade do serviço, onde as prestadoras são remuneradas por tarifas fixadas no contrato de concessão por este Órgão Regulador.

3.5. No tocante à ampliação do acesso da telefonia, além das obrigações de universalização da telefonia fixa, a Anatel, em especial, por meio dos Editais de Licitação de Radiofrequências para a prestação da telefonia móvel, em atendimento às demandas da população, vem estabelecendo cada vez mais obrigações de cobertura dos municípios brasileiros, tanto para a telefonia móvel quanto para acesso à Internet.

3.6. As obrigações previstas nos Editais são denominadas “compromissos de abrangência” que são vinculados às tecnologias que suportam a prestação do serviço. Assim, existem, atualmente, três categorias de compromissos: Atendimento com Telefonia Móvel 2G e 3G, Atendimento com Telefonia Móvel 4G e Atendimento às Áreas Rurais.

3.7. Vale ressaltar, entretanto, que a área de cobertura obrigatória para a telefonia móvel, SMP, prevista dentre as obrigações existentes até o momento, engloba somente os Distritos Sedes dos Municípios. É considerando atendido o município quando a área de cobertura contenha, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da área urbana do Distrito Sede.

3.7.1. O atendimento rural alcança qualquer demanda para local que esteja situado dentro da área contida até 30 (trinta) quilômetros do limite da sede municipal, com o serviço de voz e dados fixos.

3.7.2. A localidade de Novo Horizonte em princípio encontra-se a menos de 30 km dos limites do distrito sede do município de Araguaína, e deste modo, é elegível ao atendimento com os serviços de telefonia fixa e dados fixos (internet fixa) pela prestadora CLARO, nos termos do Edital de Licitação n.º 004/2012/PVCP/SPV – ANATEL. As solicitações dos serviços devem ser realizadas diretamente pelos usuários à operadora.

3.7.3. A prestadora CLARO declarou o atendimento do município de Araguaína com os serviços acima citados, passível ainda de fiscalização desta Agência.

3.7.4. O atendimento com telefonia fixa aos domicílios situados além dos 30 (trinta) quilômetros dos distritos sede de municípios será realizado, nos termos da Resolução n.º 622, de 23 de agosto de 2013, por meio de planos específicos pelas concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

ATENDIMENTO COM TELEFONIA MÓVEL (Tecnologia 2G ou 3G)

3.8. Neste contexto, os compromissos foram estabelecidos para que todas as sedes dos municípios tivessem, no mínimo, atendimento com telefonia móvel, pelo menos na tecnologia 2G, até 2013.

3.9. Os Editais de Licitação n.º 002/2007/SPV – ANATEL (Edital “3G”), n.º 002/2010/PVCP/SPV – ANATEL (Edital “Banda H”) e n.º 004/2012/PVCP/SPV – ANATEL (Edital “Banda Larga Rural e Urbana”) licitaram subfaixas de radiofrequências que permitem o oferecimento de

telefonia móvel e/ou de banda larga móvel de 3ª Geração (3G) em determinados grupos de municípios e estabeleceram os seguintes compromissos de abrangência:

- 3.9.1. Atendimento às sedes de municípios com população acima de 100 (cem) mil habitantes com SMP (tecnologia 3G) até 30 de abril de 2013.
- 3.9.2. Atendimento às sedes de municípios com população entre 30 (trinta) e 100 (cem) mil habitantes com a tecnologia 3G até 31 de maio de 2016.
- 3.9.3. Atendimento às sedes municipais que já estavam atendidas com o SMP e com população abaixo de 30 (trinta) mil habitantes com tecnologia 3G, até 31 de dezembro de 2019. Dentro de um cronograma de atendimento de, aproximadamente, 15% por ano.

ATENDIMENTO COM TELEFONIA MÓVEL (Tecnologia 4G)

- 3.10. Além das obrigações descritas anteriormente, o Edital de Licitação n.º 004/2012/PVCP/SPV – ANATEL (Edital “Banda Larga Rural e Urbana”) estabeleceu outros compromissos de abrangência para atendimento com telefonia móvel utilizando tecnologia de 4ª Geração (4G), conforme disposto a seguir.
- 3.10.1. Até 30 de abril de 2013 os municípios sede da Copa das Confederações de 2013.
- 3.10.2. Até 31 de dezembro de 2013 os municípios sede ou subsele da Copa do Mundo de Futebol de 2014.
- 3.10.3. Até 31 de maio de 2014 as capitais de Estado, os municípios com mais de 500 (quinhentos) mil habitantes e o Distrito Federal.
- 3.10.4. Até 31 de dezembro de 2015 os municípios com mais de 200 (duzentos) mil habitantes.
- 3.10.5. Até 31 de dezembro de 2016 os municípios com mais de 100 (cem) mil habitantes.
- 3.10.6. Até 31 de dezembro de 2017 os municípios com população entre 30 (trinta) mil e 100 (cem) mil habitantes.
- 3.11. Note-se que não há compromisso de abrangência com a tecnologia 4G para municípios abaixo de 30 (trinta) mil habitantes.

ATENDIMENTO À ÁREA RURAL

- 3.12. Quanto à área rural, novas metas de atendimento estão estabelecidas no Plano Geral de Metas para Universalização – PGMU, por meio do Decreto nº 7.512, de 30/6/11, e no Edital de Licitação n.º 004/2012/ PVCP/SPV – ANATEL (“Edital 4G”).
- 3.13. **Obrigações decorrentes do PGMU específicas com a telefonia fixa (STFC):**
- 3.13.1. Do atendimento com Acessos Coletivos (orelhão) - mediante solicitação para os seguintes locais: escolas públicas rurais, postos de saúde públicos, comunidades remanescentes de quilombos e quilombolas devidamente certificadas, populações tradicionais e extrativistas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, postos da Polícia Rodoviária Federal, assentamentos de trabalhadores rurais, organizações militares das Forças Armadas, aeródromos públicos e aldeias indígenas.
- 3.13.2. Do atendimento com acessos individuais - a concessionária de telefonia fixa local deverá ofertar o serviço por meio de Planos de Atendimento Rural, nos termos da Resolução nº 622, de 23 de agosto de 2013, com valores diferenciados dependendo da localização do solicitante.
- 3.13.3. O atendimento descrito nos itens acima será efetuado pelas concessionárias de telefonia fixa local, Algar, Sercomtel, Telefônica e Oi, nas respectivas áreas de concessão.
- 3.14. **Obrigações decorrentes do Edital de Licitação n.º 004/2012/PVCP/SPV-Anatel específicas com a telefonia fixa (STFC) e banda larga fixa (SCM):**
- 3.14.1. O compromisso decorrente da licitação trata da cobertura da área rural pelos serviços de voz e dados fixos pelas prestadoras vencedoras da licitação, até 31 de dezembro de 2015, em, no mínimo, 80% da área contida até 30 (trinta) quilômetros do limite da localidade sede de qualquer município brasileiro, o que alcançará em torno de 91% (noventa e um por cento) da população rural.
- 3.14.2. Cumpre informar que a oferta de serviços de dados (banda larga), inicialmente deve possibilitar, no mínimo, conexões com taxa de transmissão de 256 kbps de download, 128 kbps de upload e franquia mensal de 250 MB. O cronograma de atendimento tanto para banda larga quanto para o serviço de voz ocorrerá da seguinte maneira:
- 3.14.2.1. Até 30 de junho de 2014, atender a 30% (trinta por cento) dos municípios brasileiros;
- 3.14.2.2. Até 31 de dezembro de 2014, atender a 60% (sessenta por cento) dos municípios brasileiros;
- 3.14.2.3. Até 31 de dezembro de 2015, atender a 100% (cem por cento) dos municípios brasileiros;
- 3.14.2.4. Quanto à velocidade de conexão, o edital obriga que até 31 de dezembro de 2017, todos os municípios passem a contar com, no mínimo, a taxa de transmissão de 1 Mbps de *download*, 256 kbps de *upload* e franquia mensal de 500 MB por usuário.
- 3.15. Também devem ser atendidas, com conexão de banda larga fixa, de forma gratuita, todas as escolas públicas rurais (constantes do cadastro de escolas públicas rurais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP) situadas na área de cobertura dos 30 quilômetros, conforme prazos e condições do item anterior.
- 3.16. A relação completa dos municípios atualmente declarados atendidos pelas prestadoras se encontra no sítio da Agência, a saber: [www.anatel.gov.br / Setor Regulado / Atendimento Rural / Relação de municípios com área rural atendida](http://www.anatel.gov.br/SetorRegulado/AtendimentoRural/Rela%C3%A7%C3%A3odeMunic%C3%ADpioscom%C3%A1reauralAtendida).
- 3.17. Enfatiza-se que o atendimento descrito nos itens acima será efetuado pelas seguintes prestadoras autorizadas conforme abaixo:

Autorizada	Área de Atendimento (Outorga)
Claro	Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e em São Paulo nas Áreas de Registro 11 e 12.
Vivo	Estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e em São Paulo nas Áreas de Registro 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19.
Oi	Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal.
Tim	Estados do Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

3.18. Seguindo a política de transparência e participação social, os documentos expedidos são, em regra, disponibilizados para consulta na internet: [www.anatel.gov.br / Institucional / Documentos e Publicações / Acompanhamento de Processos / Consulta Processual \(SEI\)](http://www.anatel.gov.br/Institucional/Documentos_e_Publicacoes/Acompanhamento_de_Processos/Consulta_Processual_(SEI)). Para acessar é necessário informar pelo menos um dos campos de pesquisa.

3.19. Todas as informações relativas ao atendimento do SMP por município estão publicadas no site da Anatel no endereço: [www.anatel.gov.br / Setor Regulado / Telefonia Móvel: Relação de Municípios com Prestadoras e Tecnologias SMP](http://www.anatel.gov.br/Setor_Regulado/Telefonia_Movel/Relacao_de_Municipios_com_Prestadoras_e_Tecnologias_SMP).

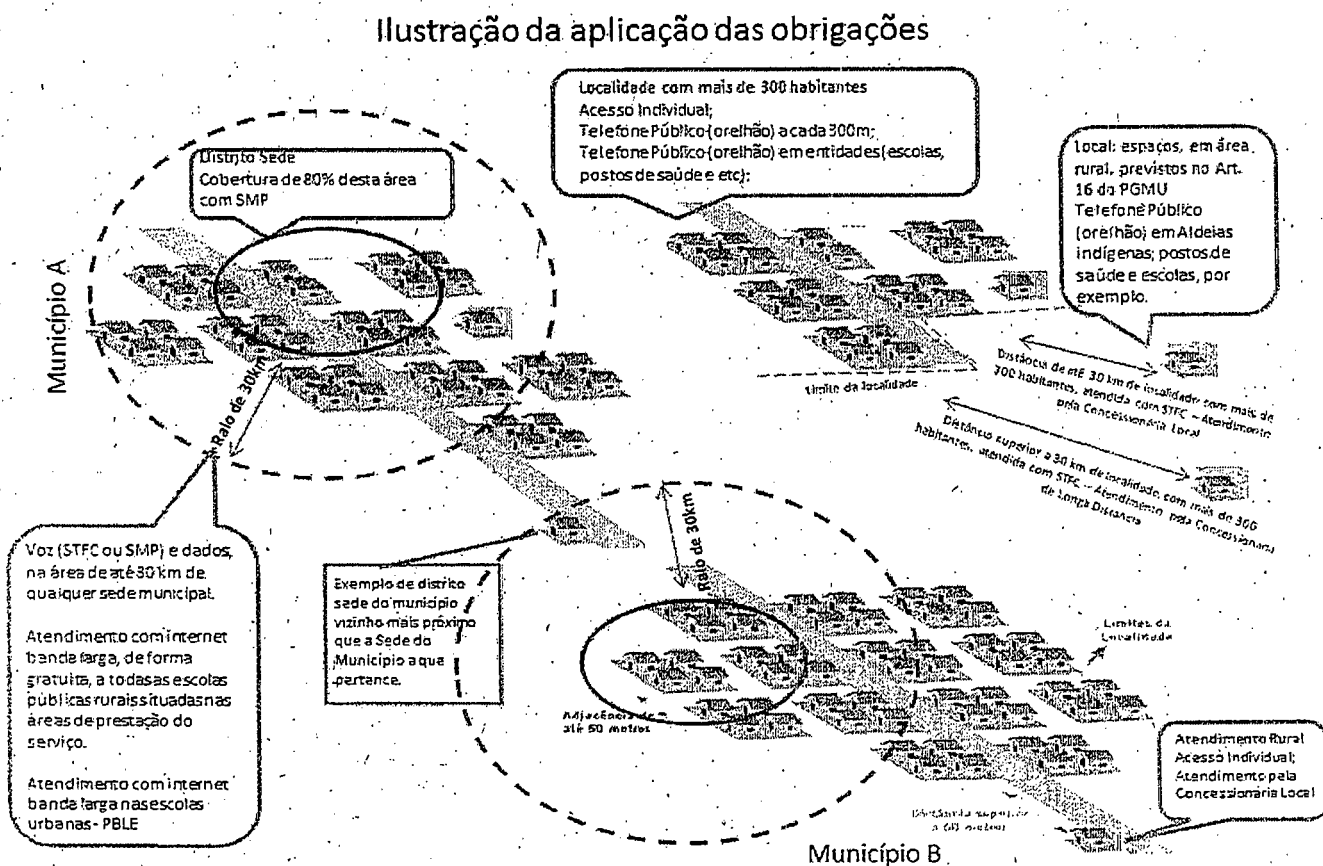
3.20. A relação do contato das principais prestadoras dos serviços de telefonia fixa, móvel e TV por assinatura consta do endereço: [www.anatel.gov.br / consumidor / atendimento / contatos das principais operadoras](http://www.anatel.gov.br/consumidor/atendimento/contatos_das_principais_operadoras).

3.21. As informações sobre localidades que já possuem atendimento das concessionárias com serviço de telefonia fixa estão disponíveis no endereço <http://sistemas.anatel.gov.br/sgmu/>

3.22. Recomenda-se também a consulta ao sistema Fique Ligado por meio do endereço <http://sistemas.anatel.gov.br/sgmu/fiqueligado/>, o qual disponibiliza informações sobre os orelhões. Recentemente, foram adicionadas ao sistema as informações sobre a localização dos hotspots de wi-fi de algumas prestadoras.

3.23. Vale registrar, ainda, que a progressiva ampliação do acesso da população aos serviços de telecomunicações é tema da maior relevância para a Anatel, configurando diretriz de vários estudos de formulação de novas obrigações de atendimento de localidades ainda não atendidas.

3.24. Segue ilustração sobre a aplicação das obrigações:



4. CONCLUSÃO

4.25. Sugere-se o envio deste Informe à Assessoria de Relações Institucionais e posteriormente ao Gabinete da Presidência da Anatel e interessado, destacando-se que:

4.25.1. As obrigações existentes para a telefonia móvel (SMP) englobam apenas os distritos sedes dos municípios brasileiros.

4.25.2. Todas as sedes dos municípios estão atendidas com telefonia móvel e serão atendidas por meio da tecnologia 3G até 2019.

4.25.3. A expansão do SMP (telefonia móvel) em áreas fora do distrito sede (vilas, estradas, zona rural e etc.) não ocorrerá, até o momento, pela existência de obrigação regulamentar da Anatel. Via de regra, tal atendimento pressupõe interesse comercial, dependendo apenas do plano de negócios e estratégia de atuação comercial das prestadoras.

4.25.4. O atendimento rural alcança qualquer demanda para local que esteja situado dentro da área contida até 30 (trinta) quilômetros do limite da sede municipal, com o serviço de voz e dados fixos.

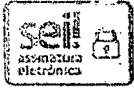
4.25.5. A localidade de Novo Horizonte em princípio encontra-se a menos de 30 km dos limites do distrito sede do município de Araguaína e deste modo é elegível ao atendimento com os serviços de telefonia fixa e dados fixos (internet fixa) pela prestadora CLARO, nos termos do Edital de Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV - ANATEL.

4.25.6. As solicitações dos serviços devem ser realizadas diretamente pelos usuários à operadora.

4.25.7. A prestadora CLARO declarou o atendimento do município de Araguaína com os serviços acima citados, passível ainda de fiscalização desta Agência.

4.25.8. O atendimento com telefonia fixa aos domicílios situados além dos 30 (trinta) quilômetros dos distritos sede de municípios será realizado, nos termos da Resolução nº 622, de 23 de agosto de 2013, por meio de planos específicos pelas concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

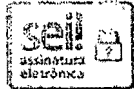
- As demandas de universalização e ampliação do acesso apresentadas a esta Agência são encaminhadas periodicamente para as prestadoras dos serviços de telecomunicações, bem como configuram subsídio importante para a verificação de atendimento de obrigações de universalização e formatação de futuras obrigações aos demais prestadores de serviços de telecomunicações.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucia Ricci Bardi, Superintendente de Planejamento e Regulamentação**, em 18/04/2017, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 1.476/2014 da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Karla do Valle Abrahão Cavalcanti, Gerente de Universalização e Ampliação do Acesso**, em 19/04/2017, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 1.476/2014 da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Cunha de Padua, Especialista em Regulação**, em 19/04/2017, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 1.476/2014 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador 1382006 e o código CRC 6401F47C.

Referência: Processo nº 53500.051827/2017-63

SEI nº 1382006

Criado por julianap, versão 4 por luciabardi em 18/04/2017 18:39:42.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº 218 DE 2018
(Do Sr. César Halum)

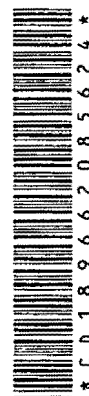
Requer informações ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, acerca do atendimento com telefonia móvel pela prestadora CLARO no Distrito de Novo Horizonte, Araguaína/TO.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos artigos 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Colegiado da Comissão de Defesa do Consumidor, encaminhamento de Requerimento de Informação ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, acerca do atendimento com telefonia móvel no Distrito de Novo Horizonte, no Município de Araguaína no Estado do Tocantins.

Solicitamos respostas aos questionamentos abaixo formulado:

1. Como são feitos os procedimentos de fiscalização e as técnicas de investigação utilizadas para a verificação do cumprimento das obrigações contratuais das prestadoras dos serviços de telefonia pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em especial, pela prestadora CLARO que é responsável pelo atendimento destes serviços para o Município de Araguaína no Estado do Tocantins;
2. Prazo e penalidades pelo descumprimento dos compromissos estabelecidos para o atendimento, com telefonia móvel das Tecnologias 2G ou 3G e, por fim,



César Halum



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3. A antena da Operadora CLARO localizada no município de Araguaína/TO cumpre os requisitos mínimos de abrangência quanto ao atendimento do sinal para a cobertura da área contida até 30 (trinta) quilômetros do limite da sede municipal, alcançando, assim, o distrito de Novo Horizonte, como informado pela ANATEL?

JUSTIFICATIVA

No ano passado, enderecei à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL Ofício nº 290/2017 por meio do qual encaminhei demanda da Câmara Municipal de Araguaína/TO, no sentido de se promover a **ampliação de acesso do Serviço Móvel Pessoal – SMP (celular e banda larga móvel)** ao distrito de Novo Horizonte. Recebi informe nº 45/2017/SEI/PRUV/SPR, daquela Agência que, para além de colacionar as classificações normativas, ressaltou o que segue:

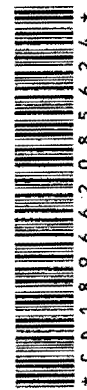
“... Vale ressaltar, entretanto, que a área de **cobertura obrigatória** para a telefonia móvel, SMP, prevista dentre as obrigações existentes até o momento, engloba somente os **Distritos Sedes** dos Municípios. É considerado atendido o município quando a área de cobertura contenha, pelo menos, **80% (oitenta por cento) da área urbana do Distrito Sede**. O atendimento rural alcança qualquer demanda para local que esteja situado dentro da área contida até 30 (trinta) quilômetros do limite da sede municipal, com serviço de voz e dados fixos. A localidade de Novo Horizonte em princípio encontra-se a menos de 30 km dos limites do distrito sede do município de Araguaína, e deste modo é elegível ao atendimento com serviços de telefonia fixa e dados fixos internet fixa pela prestadora CLARO, nos termos do Edital de Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV – ANATEL.

A prestadora CLARO declarou o atendimento do município de Araguaína com os serviços acima citados, passível ainda de fiscalização desta Agência.

E, ainda, que: quanto ao atendimento com Telefonia Móvel (Tecnologia 2G ou 3G):

“... Atendimento às sedes de municípios com população acima de 100 (cem) mil habitantes com SMP (tecnologia 3G) até 31 de maio de 2016”.

Destaca-se, por oportuno, que Araguaína é o segundo município mais populoso do Estado do Tocantins, atrás apenas da capital Palmas



Assinatura

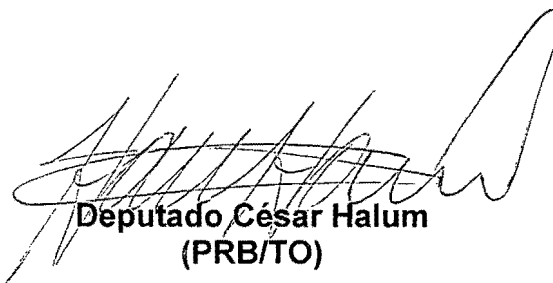


CÂMARA DOS DEPUTADOS

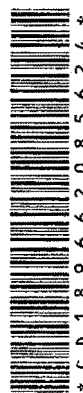
e, que de acordo com as informações prestadas pela ANATEL, já deveria contar com o atendimento de telefonia móvel no distrito de Novo Horizonte já que este localiza-se a menos de 30 km (trinta quilômetros) do distrito sede.

Neste sentido, as informações a serem prestadas pelo Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, permitirão a esta Casa Legislativa cumprir seu desiderato que é, também, fiscalizar o cumprimento da universalização do atendimento à população brasileira dos serviços de telecomunicações.

Sala da Comissão, em 10 de abril de 2018



Deputado César Halum
(PRB/TO)





COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
55ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2018.

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às dez horas e vinte e seis minutos, no plenário oito do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se, ordinariamente, sob a Presidência do Deputado Jose Stédile, a Comissão de Defesa do Consumidor para apreciação das matérias constantes da pauta. **Compareceram** os deputados Jose Stédile - Presidente; Aureo, Carlos Sampaio, Celso Russomanno, César Halum, Eli Corrêa Filho, Eros Biondini, Ivan Valente, João Fernando Coutinho, José Carlos Araújo, Marco Tebaldi, Maria Helena, Ricardo Izar, Rodrigo Martins, Vinicius Carvalho e Weliton Prado - titulares; Antonio Brito, Deley, Eduardo da Fonte, Felipe Maia, Flaviano Melo, Lucas Vergílio, Márcio Marinho, Tadeu Alencar, Valtenir Pereira e Walter Ihoshi – suplentes. Compareceram, ainda, os Deputados Cabuçu Borges, Carlos Henrique Gaguim, Evair Vieira de Melo, Lincoln Portela, Moses Rodrigues e Pedro Vilela, não-membros. **Deixaram de comparecer** os Deputados Givaldo Carimbão e Irmão Lazaro. **ABERTURA:** Havendo quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação da Comissão as Atas da quinquagésima oitava reunião do ano de 2017 e da primeira reunião de 2018, cujas leituras foram dispensadas, por terem sido distribuídas cópias das atas. Em votação, as Atas foram aprovadas, sem observação. Passou-se à leitura do **EXPEDIENTE**. O Presidente informou que, a fim de racionalizar os trabalhos, a secretaria dessa comissão somente receberia requerimentos entregues até às 18h do dia anterior à reunião, para que pudessem constar da pauta do dia seguinte. Informou, ainda, que estando o projeto pautado e o relator ausente, seria prerrogativa do presidente a troca do relator, no entanto, seguiria a sistemática da presidência anterior que adotara como prática a troca de relatoria após três ausências. Quanto à eleição dos Vice-Presidentes, comunicou que aconteceria na próxima reunião dessa Comissão. Dando continuidade, o presidente anunciou que se encontrava sobre as bancadas Proposta de Acordo de Procedimentos desta Comissão para o ano de 2018, que fora previamente analisado e discutido com as assessorias das lideranças partidárias, para estabelecer regras de organização e bom andamento dos trabalhos, e para harmonizar os procedimentos das Comissões e evitar a criação de regras divergentes entre os diversos órgãos da Casa. Os deputados José Carlos Araújo, Rodrigo Martins, Carlos Sampaio e Márcio Marinho solicitaram a palavra para discutir a Proposta de Acordo de Procedimentos. Não havendo consenso quanto à Proposta de Acordo de Procedimentos nesta Comissão, o Presidente propôs sua retirada de pauta, para melhor análise, ficando a votação da proposta para a próxima reunião. Passou-se à **ORDEM DO DIA: 1) Requerimento nº 214/18** – do Sr. Eduardo da Fonte - que "requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir os serviços de internet prestados pelas empresas de telefonia móvel". Encaminharam o requerimento os deputados Eduardo da Fonte, Rodrigo Martins, Celso Russomanno, José Carlos Araújo, João Fernando Coutinho, Lucas Vergílio, Aureo e Weliton Prado. Em votação, foi o requerimento **aprovado** com a ampliação da discussão para internet fixa, além da móvel, e com a alteração do convite para os presidentes das empresas de telefonia, no lugar de representantes. Os deputados Celso Russomanno e João Fernando Coutinho subscreveram o requerimento. **2) Requerimento nº 215/18** - do Sr. Eduardo da Fonte - que "requer que seja realizada reunião de audiência pública para discutir o Sistema de Bandeiras Tarifárias e reajuste mensal promovido sobre as tarifas de energia elétrica". Encaminharam o requerimento os deputados Eduardo da Fonte, Weliton Prado e Celso Russomanno. Em votação, foi o requerimento **aprovado** com a inclusão dos Conselhos de Consumidores da Celpe, da Eletropaulo, da Cemig e da Coelba, para



se explicaram quanto à permissão da cobrança das tarifas. O Deputado Weliton Prado subscreveu o requerimento. **3) Requerimento nº 216/18** - do Sr. Vinicius Carvalho - que "requer a realização de Audiência Pública para obter esclarecimentos sobre o fornecimento de dados de clientes da operadora Vivo para terceiros com fins publicitários". Encaminharam o requerimento os deputados Vinicius Carvalho e Weliton Prado. Em votação, foi o requerimento **aprovado**. O Presidente anunciou que havia sobre a mesa o **Requerimento Extrapauta** - do Sr. Aureo para incluir o **Requerimento nº 219/18** - dos Srs. Aureo e Eros Biondini - Requer a realização de audiência Pública para discutir os preços das passagens aéreas após a entrada em vigor de Resolução da ANAC que permite a cobrança por bagagens despachadas pelas companhias aéreas. O Presidente informou que a aprovação do requerimento se daria por votação nominal. O Deputado Rodrigo Martins pediu a palavra para solicitar ao Deputado Aureo que retirasse o Requerimento Extrapauta, de modo a garantir a continuidade da reunião. O Deputado Aureo concordou em que o Requerimento nº 219/18 fosse pautado na próxima reunião deliberativa. **4) Requerimento nº 217/18** - do Sr. José Carlos Araújo - que "Requer a realização de Audiência Pública com o presidente da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e representantes da Aneel e Ministério das Minas e Energia para debater as falhas na distribuição de energia e seus reflexos no estado da Bahia". Encaminharam o requerimento os deputados José Carlos Araújo, Weliton Prado, Rodrigo Martins, Márcio Marinho, Vinicius Carvalho, Celso Russomanno, Deley e Lucas Vergílio. Os deputados Márcio Marinho, Vinicius Carvalho e Celso Russomanno subscreveram o requerimento. Em votação, foi o requerimento **aprovado**, com a substituição do representante do Ministério das Minas e Energia pelo Ministro da Pasta e com a inclusão da Vice-Prefeita do Município de Morro do Chapéu, Bahia. **5) Requerimento nº 218/18** - do Sr. César Halum - que "requer informações ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, acerca do atendimento com telefonia móvel pela prestadora CLARO no Distrito de Novo Horizonte, Araguaína/TO". Encaminhou o requerimento o Deputado César Halum. Foi o requerimento **aprovado**. **6) Projeto de Lei nº 8.454/17** - do Senado Federal - João Alberto Souza - (PLS 137/2017) - que "dispõe sobre critérios técnicos para dimensionamento de elevadores de passageiros". Relator: Deputado Vinicius Carvalho. Parecer: pela aprovação. Lido o voto pelo relator. Não havendo quem quisesse discutir, foi o parecer **aprovado**. **7) Projeto de Lei nº 46/15** - do Sr. Sergio Vidigal - que "ficam as empresas fabricantes de bebidas energéticas obrigadas a inserir nos rótulos e embalagens a informação "A mistura com bebida alcoólica pode causar doenças do fígado"". Relator: Deputado Márcio Marinho. Parecer: pela rejeição. Foi concedida **vista** ao Deputado Rodrigo Martins. **8) Projeto de Lei nº 7.035/17** - do Sr. Jorginho Mello - que "altera a Lei nº 10.962, de 2004 para dispor sobre as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor". Relator: Deputado Lucas Vergílio. Parecer: pela rejeição. Vista conjunta aos deputados Celso Russomanno, Chico Lopes e Weliton Prado, em 22/11/2017. Não havendo quem quisesse discutir, em votação foi o parecer **aprovado**. **9) Projeto de Lei nº 7.130/17** - do Sr. Alexandre Leite - que "altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, para dispor sobre a reserva de assentos na aquisição de passagens aéreas". Relator: Deputado Rodrigo Martins. Parecer: pela rejeição. Lido o voto pelo relator. Discutiram a matéria os deputados Rodrigo Martins, Celso Russomanno, Carlos Sampaio e Weliton Prado. Foi a proposição **retirada de pauta**, a pedido do relator, para modificação do parecer. Durante a deliberação do item 10, o Deputado Vinicius Carvalho assumiu a presidência em cumprimento ao art. 43 do Regimento da Câmara dos Deputados. **10) Projeto de Lei nº 8.056/17** - do Sr. Rubens Pereira Júnior - que "revoga o § 5º do Artigo 10 da Lei 13.460 de 26 de junho de 2017". Relator: Deputado Jose Stédile. Parecer: pela aprovação. Lido o parecer. Não havendo quem quisesse discutir, em votação foi o parecer **aprovado**. **11) Projeto de Lei nº 8.248/17** - do Sr.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata publicada no DCD
nº 52 de 18/04/2018

André Figueiredo - que "acrescenta o parágrafo quinto ao art. 11 ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que "institui normas básicas sobre alimentos", para dispor sobre a rotulagem de alimentos que contenham risco de asfixia". Relator: Deputado Irmão Lazaro. Parecer: pela aprovação. O parecer **não foi apreciado** em virtude da ausência do relator. O Presidente anunciou que havia sobre a mesa o Requerimento do Deputado Weliton Prado, para retirada do PL 8.271/17 da pauta da reunião. Em votação, foi o requerimento aprovado. **12) Projeto de Lei nº 8.271/17** - do Sr. Felipe Bornier - que "altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para regular a operação de aparelhos telefônicos celulares adquiridos fora do País". Relator: Deputado José Carlos Araújo. Parecer: pela rejeição. O projeto foi **retirado de pauta** devido a aprovação do requerimento do Deputado Weliton Prado. **13) Projeto de Lei nº 8.283/17** - do Sr. Rômulo Gouveia - que "obriga os postos revendedores de combustíveis a informar a origem dos seus produtos". Relator: Deputado Deley. Parecer: pela aprovação, com substitutivo. O parecer **não foi apreciado** em virtude da ausência do relator. O Presidente anunciou que havia sobre a mesa o Requerimento do Deputado Vinicius Carvalho, para retirada do PL 8.295/17 da pauta da reunião. Em votação, foi o requerimento aprovado. **14) Projeto de Lei nº 8.295/17** - do Sr. Heuler Cruvinel - que "altera a Lei 8078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, proibindo formas de intimidação do consumidor de serviços públicos". Relator: Deputado Vinicius Carvalho. Parecer: pela rejeição. O projeto foi **retirado de pauta** devido a aprovação do requerimento do relator, Deputado Vinicius Carvalho. O Presidente anunciou que havia sobre a mesa o Requerimento do Deputado Vinicius Carvalho, para retirada do PL 8.406/17 da pauta da reunião. **15) Projeto de Lei nº 8.406/17** - do Sr. Lincoln Portela - que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar os fornecedores a informar eventual inexistência de assistência técnica no município em que será efetivada a comercialização do produto ou a contratação do serviço". Relator: Deputado Márcio Marinho. Parecer: pela aprovação. O projeto foi **retirado de pauta**, contra o voto do Deputado Rodrigo Martins, devido a aprovação do requerimento do Deputado Vinicius Carvalho. **16) Projeto de Lei nº 8.626/17** - do Sr. Moses Rodrigues - que "estabelece como abusiva a cláusula de fidelização nos contratos de prestação de serviços". Relator: Deputado Rodrigo Martins. Parecer: pela aprovação. O projeto foi **retirado de pauta**, a pedido do relator e do autor. **17) Projeto de Lei nº 8.938/17** - do Sr. Cabuçu Borges - que "altera Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre a obrigatoriedade de autorização expressa do usuário para que operadora de telecomunicações coloque seu terminal em roaming internacional". Relator: Deputado Rodrigo Martins. Parecer: pela aprovação, com emenda. Lido o parecer. Durante a discussão, foi o projeto **retirado de pauta**, a pedido do relator. No decorrer da reunião, o Deputado Vinicius Carvalho fez uso da palavra para registrar indignação quanto ao PLP nº 441/2017, que trata do Cadastro Positivo e que estaria na pauta da Sessão do Plenário do dia de hoje. A referida proposição, caso aprovada, provocaria a quebra de sigilo bancário dos cidadãos brasileiros. Os deputados Carlos Sampaio, Celso Russomanno, Rodrigo Martins, Marco Tebaldi e Walter Ihoshi, também, manifestaram-se a respeito do PLP nº 441/2017. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, às treze horas e um minuto, o Presidente encerrou os trabalhos, mas antes convocou reunião para o dia dezoito de abril de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, no Plenário 8. O inteiro teor da reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o seu acervo documental. E, para constar, eu Lilian de Cássia Albuquerque Santos Lilian de Cássia Albuquerque Santos, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, [Assinatura] Deputado Jose Stédile, e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

19/04/2018
15:14

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo relator da seguinte proposição o senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente.

RIC 3.497/2018 - da Comissão de Defesa do Consumidor - que "Requer informações ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, acerca do atendimento em telefonia móvel pela prestadora CLARO no Distrito de Novo Horizonte, Araguaína/TO. "



Câmara dos Deputados

RIC 3.497/2018

Autor: Comissão de Defesa do Consumidor

**Data da
Apresentação:** 18/04/2018

Ementa: Requer informações ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, acerca do atendimento em telefonia móvel pela prestadora CLARO no Distrito de Novo Horizonte, Araguaína/TO.

**Forma de
Apreciação:**

**Texto
Despacho:** Aprovação pelo Presidente, Dep. Rodrigo Maia, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

**Regime de
tramitação:**

Em 14/05/2018


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

A8FE3E4C24



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 3497/2018

Autor: Comissão de DEFESA DO CONSUMIDOR

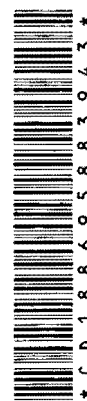
Destinatário: Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Assunto: Requer informações ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, acerca do atendimento em telefonia móvel pela prestadora CLARO no Distrito de Novo Horizonte, Araguaína/TO.

Despacho: O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, em de de 2017


Fábio Ramalho
Primeiro-Vice-Presidente



Ofício 1ªSec/RI/E/nº 2202 /18

Brasília, 17 de abril de 2018.
maio

A Sua Excelência o Senhor

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhor Ministro,

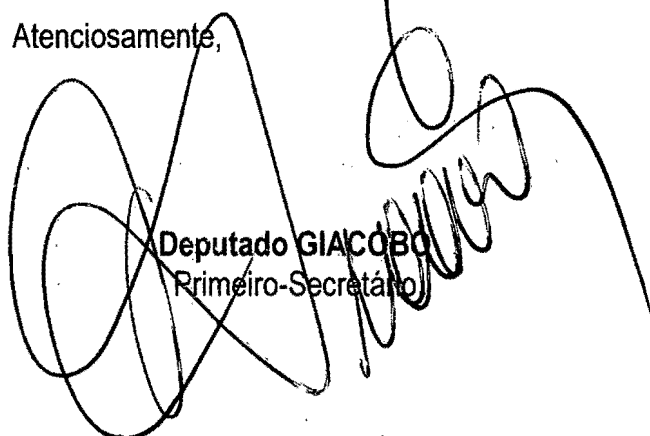
RECEBI NESTA DATA A PRESENTE DOCUMENTAÇÃO EM 18/05/18 Nome por extenso e legível: <i>Roguel Santoro</i> Ponto: _____

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 3497/2018	Comissão de Defesa do Consumidor

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,


Deputado GIACOBINO
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR

14.06.2018

A Sua Excelência o Senhor
Deputado FERNANDO LUCIO GIACOB
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
Brasília-DF

Assunto: **Requerimento de Informação nº 3.497, de 2018, da CDC/CD.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Em atenção ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 2.202/18, acerca do Requerimento de Informação nº 3.497, de 2018, da Comissão de Defesa do Consumidor - CDC, remeto o Ofício nº 186/2018/SEI/GPR-ANATEL e anexo, da Agência Nacional de Telecomunicações, com informações sobre serviços de telefonia, especialmente os prestados pela Claro, no Distrito de Novo Horizonte, município de Araguaína, Tocantins.

Cordialmente,

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 14/06/2018, às 21:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3066792** e o código CRC **79008B72**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 23725/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.022700/2018-11 - Nº SEI: 3066792

SECRETARIA	
recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 15/06/18	às 11h08
<i>[Assinatura]</i>	7396
Servidor	Ponto
<i>[Assinatura]</i>	
Portador	



Agência Nacional de Telecomunicações

SAUS, Quadra 6, Bloco H, 10º Andar, Ala Norte - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-940

Telefone: (61) 2312-2656 - <http://www.anatel.gov.br>

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.022700/2018-11

Importante: O Acesso Externo do SEI (www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno) possibilita o Peticionamento Eletrônico para abrir Processo Novo e Intercorrente, podendo utilizar a segunda opção para responder este Ofício. Página de Pesquisa Pública do SEI: www.anatel.gov.br/seipesquisa

Ofício nº 186/2018/SEI/GPR-ANATEL

A Senhora

RENATA SILVA DE OLIVEIRA VALDEVINO

Coordenadora de Acompanhamento do Processo Legislativo e Análise de Informações

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco E - 4º andar - Sala 489

70067-900 - Brasília/DF

Assunto: Ofício nº 15608/2018/SEI-MCTIC. Requerimento de Informação nº 3.497, de 2018, de autoria da Comissão de Defesa do Consumidor - CDC da Câmara dos Deputados.

Senhora Coordenadora,

1. Refiro-me ao Ofício em epígrafe, por meio do qual esse Ministério encaminha demanda da Comissão de Defesa do Consumidor - CDC da Câmara dos Deputados, solicitando informações acerca do cumprimento de obrigações da operadora Claro no Distrito de Novo Horizonte, no município de Araguaína/TO.
2. Relativamente ao assunto, encaminho, em anexo, o Informe nº 268/2018/SEI/COUN/SCO, elaborado pela Superintendência de Controle de Obrigações desta Agência que presta os esclarecimentos pertinentes.

Anexos: I - Informe nº 268/2018/SEI/COUN/SCO (SEI 2728760)

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Juarez Martinho Quadros do Nascimento, Presidente**, em 17/05/2018, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria nº 912/2017 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2740798** e o código CRC **3C7E9360**.



INFORME Nº 268/2018/SEI/COUN/SCO

PROCESSO Nº 01250.022700/2018-11

INTERESSADO: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, CÂMARA DOS DEPUTADOS

1. ASSUNTO

1.1. Cumprimento de obrigações da operadora Claro no Distrito de Novo Horizonte, no município de Araguaína/TO.

2. REFERÊNCIAS

2.1. Lei nº 9.472, de 16/07/1997 - Lei Geral de Telecomunicações - LGT;

2.2. Resolução nº 477, de 07/08/2007, que aprova Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP;

2.3. Resolução nº 589, de 07/05/2012, que Aprova o Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas - RASA;

2.4. Edital de Licitação nº 002/2007/SPV - Anatel (Bandas F, G, I e J) ("Edital 3G");

2.5. Edital de Licitação nº 002/2010/SPV - Anatel (Banda H e subfaixas de extensão);

2.6. Edital de Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV - Anatel ("Edital 4G");

2.7. Ofício nº 15.608/2018/SEI-MCTIC, de 20/04/2018 (SEI nº 2646992);

2.8. Requerimento de Informação nº 3.497, de 2018.

3. ANÁLISE

3.1. Trata-se do Ofício nº 15.608/2018/SEI-MCTIC, de 20/04/2018, o qual encaminha o Requerimento nº 3.497, de 2018, de autoria da Comissão de Defesa do Consumidor - CDC da Câmara dos Deputados, solicitando informações acerca do cumprimento de obrigações da operadora Claro no Distrito de Novo Horizonte, no município de Araguaína/TO.

3.2. Nesse sentido, o presente Informe objetiva responder às questões levantadas. Contudo, antes de adentrar no mérito da solicitação, cabe esclarecer as regras que norteiam a oferta de serviços por parte das operadoras de telecomunicações.

DO REGIME DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

3.3. Inicialmente, é necessário elucidar que a Lei nº 9.472, de 16/07/1997 - Lei Geral de Telecomunicações - LGT classifica os serviços de telecomunicações da seguinte forma:

"Art. 63. Quanto ao regime jurídico de sua prestação, os serviços de telecomunicações classificam-se em públicos e privados.

Parágrafo único. Serviço de telecomunicações em regime público é o prestado mediante concessão ou permissão, com atribuição a sua prestadora de obrigações de universalização e de continuidade, (grifamos)"

3.4. Atualmente, as obrigações de universalização citadas no artigo 63 da LGT são consolidadas no Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado prestado no Regime Público - PGMU, aprovado pelo Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011, o qual prevê metas a serem atendidas pelas concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)

prestado no Regime Público.

3.5. O conceito universalização é definido no artigo 1º do PGMU, transcrito a seguir:

Art. 1º Para efeitos deste Plano, entende-se por universalização o direito de acesso de toda pessoa ou instituição, independentemente de sua localização e condição socioeconômica, ao Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, destinado ao uso do público em geral, prestado no regime público, conforme definição do Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações Prestado no Regime Público - PGO, aprovado pelo Decreto nº 6.654, de 20 de novembro de 2008, bem como a utilização desse serviço de telecomunicações em serviços essenciais de interesse público, nos termos do art. 79 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, mediante o pagamento de tarifas estabelecidas na regulamentação específica (grifamos);

3.6. Como se pode depreender das disposições acima, a universalização significa o acesso de toda pessoa ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), hoje o único serviço de telecomunicações prestado em regime público.

3.7. Os serviços privados, por outro lado, não possuem obrigação de continuidade e universalização, pois são regidos pela livre iniciativa, conforme disposto no art. 126 da LGT:

"Art. 126. A exploração de serviço de telecomunicações no regime privado será baseada nos princípios constitucionais da atividade econômica"

3.8. **O Serviço Móvel Pessoal - SMP, popularmente conhecido como telefonia móvel, é um serviço prestado em regime privado, conforme consta na Resolução nº 477, de 07/08/2007, que aprova Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, a saber:**

"Art. 5º O SMP é prestado em regime privado e sua exploração e o direito ao uso das radiofrequências necessárias dependem de prévia autorização da Anatel."

3.9. Assim, por se tratar de um serviço de interesse coletivo prestado em regime privado, as prestadoras do SMP não se submetem às aludidas obrigações de universalização.

DOS COMPROMISSOS DE ABRANGÊNCIA COM TELEFONIA MÓVEL

3.10. Embora, de maneira geral, o atendimento com telefonia móvel sujeite-se aos interesses comerciais das operadoras, a Anatel, com o objetivo de promover a ampliação desse serviço no país, vem estabelecendo cada vez mais obrigações de cobertura dos municípios brasileiros, através dos Editais de Licitação de radiofrequências para a prestação do SMP.

3.11. As obrigações previstas nos Editais são denominadas "compromissos de abrangência", que são relacionados às tecnologias que suportam a prestação do serviço. Assim, existem atualmente obrigações de atendimento com telefonia móvel 2G, 3G e 4G.

3.12. Vale ressaltar, entretanto, que a área de cobertura obrigatória para a **telefonia móvel** prevista entre as obrigações existentes até o momento, engloba somente os **Distritos Sedes** dos Municípios. Segundo os editais de licitação um município é considerado atendido quando a área de cobertura do SMP contiver, pelo menos, **80% (oitenta por cento) da área urbana do Distrito Sede**.

3.13. Os compromissos de abrangência inicialmente foram estabelecidos para que todas as sedes dos municípios tivessem, no mínimo, atendimento com telefonia móvel com a tecnologia 2G, o que ocorreu em 2010.

3.14. Nos Editais de Licitação nº 002/2007/SPV – Anatel, nº 002/2010/PVCP/SPV – Anatel e nº 004/2012/PVCP/SPV – Anatel, a Agência licitou subfaixas de radiofrequências que permitem o oferecimento de telefonia móvel e/ou de banda larga móvel de **3ª Geração (3G)** em determinados grupos de municípios e estabeleceram os seguintes compromissos de abrangência:

Atendimento às sedes de municípios com população acima de 100 (cem) mil habitantes com SMP (tecnologia 3G) até 30 de abril de 2013.

Atendimento às sedes de municípios com população entre 30 (trinta) e 100 (cem) mil habitantes com a tecnologia 3G até 31 de maio de 2016.

Atendimento às sedes municipais que já estavam atendidas com o SMP e com população abaixo de

30 (trinta) mil habitantes com tecnologia 3G, até 31 de dezembro de 2019. Dentro de um cronograma de atendimento de, aproximadamente, 15% por ano.

3.15. Os compromissos de abrangência para atendimento com telefonia móvel utilizando tecnologia de **4ª Geração (4G)** foram definidos no Edital de Licitação n.º 004/2012/PVCP/SPV - Anatel, conforme disposto a seguir.

Até 30 de abril de 2013 os municípios sede da Copa das Confederações de 2013.

Até 31 de dezembro de 2013 os municípios sede ou subsede da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Até 31 de maio de 2014 as capitais de Estado, os municípios com mais de 500 (quinhentos) mil habitantes e o Distrito Federal.

Até 31 de dezembro de 2015 os municípios com mais de 200 (duzentos) mil habitantes.

Até 31 de dezembro de 2016 os municípios com mais de 100 (cem) mil habitantes.

Até 31 de dezembro de 2017 os municípios com população entre 30 (trinta) mil e 100 (cem) mil habitantes.

DOS COMPROMISSOS DAS ÁREAS RURAIS

3.16. O Edital de Licitação n.º 004/2012/PVCP/SPV - Anatel também estabeleceu compromissos de abrangência relativos às áreas rurais e regiões remotas. Esses compromissos tratam da cobertura da área rural com voz e dados pelas prestadoras vencedoras da licitação, até 31 de dezembro de 2015, de, no mínimo, **80% da área contida a até 30 (trinta) quilômetros do limite da localidade sede** de qualquer município brasileiro.

3.17. Cumpre informar que a oferta de serviços de dados (banda larga), inicialmente deve possibilitar, no mínimo, conexões com taxa de transmissão de 256 kbps de download, 128 kbps de upload e franquia mensal de 250 MB. O cronograma de atendimento tanto para banda larga quanto para o serviço de voz teve como balizas as seguintes datas:

a) Até 30 de junho de 2014, atender a 30% (trinta por cento) dos municípios brasileiros;

b) Até 31 de dezembro de 2014, atender a 60% (sessenta por cento) dos municípios brasileiros;

c) Até 31 de dezembro de 2015, atender a 100% (cem por cento) dos municípios brasileiros;

3.18. Quanto à velocidade de conexão, o Edital obriga que, até 31 de dezembro de 2017, todos os municípios passem a contar com oferta de serviços de dados com, no mínimo, a taxa de transmissão de 1 Mbps de *download*, 256 kbps de *upload* e franquia mensal de 500 MB por usuário.

3.19. O edital facultou às operadoras a utilização da oferta de voz e dados por meio do Serviço Móvel Pessoal - SMP (conhecido como telefonia móvel) ou por meio do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (telefonia fixa) associado ao Serviço de Comunicação Multimídia - SCM (Internet fixa).

3.20. Diante desses esclarecimentos iniciais, passa-se disponibilizar as informações específicas solicitadas pela Comissão de Defesa do Consumidor - CDC da Câmara dos Deputados.

RESPOSTA AO REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 3.497, de 2018.

1. Como são feitos os procedimentos de fiscalização e quais as técnicas de investigações utilizadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e, em especial, pela operadora Claro (que opera em Araguaína) para verificar o cumprimento de obrigações contratuais dos serviços de telefonia?

Para verificar o cumprimento das obrigações de cobertura, inicialmente delimita-se a área a ser fiscalizada nas localidades/municípios de interesse que, nos casos do atendimento com telefonia móvel previstos nos editais, corresponde à área urbana do Distrito Sede.

Determinada a área a ser fiscalizada, são selecionadas as estações (antenas) que cobrem a região e que estão operando nas faixas de frequências adquiridas pela operadora na época da licitação.

O percentual de cobertura então é calculado levando em consideração os limiares de cobertura para cada tecnologia (-95 dBm para 2G, -102 dBm para 3G e -110 dBm para 4G), a disponibilidade temporal (90%) e a delimitação da área urbana do distrito sede do município.

Quando necessário, realizam-se *drive tests* (medidas de campo) a fim de precisar melhor o percentual de cobertura no município, vide os termos da Portaria nº 1.718, de 07 de dezembro de 2017, que aprova o Procedimento de Fiscalização para verificação do cumprimento dos compromissos de abrangência e da área de cobertura do Serviço Móvel Pessoal.

Destaca-se que para o cumprimento dos compromissos de cobertura, o município será considerado atendido com telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal) se a cobertura mínima de 80% (oitenta por cento) no Distritos Sede for alcançada. Dessa forma, **não há obrigação de cobertura em locais específicos, ou fora das áreas urbanas do Distritos Sede**, mas um percentual mínimo a ser atendido. Admite-se, portanto, a possibilidade de no máximo 20% (vinte por cento) de áreas sem cobertura

As fiscalizações são realizadas, via de regra, ao fim dos prazos para o cumprimento das obrigações previstas nos editais.

2. Quais os prazos e penalidades pelo descumprimento dos compromissos estabelecidos para o atendimento, com telefonia móvel, das Tecnologias 2G ou 3G?

Os prazos de atendimento dos compromissos de abrangência com telefonia móvel 3G em municípios do porte de Araguaína/TO (mais de 100.000 (cem mil) habitantes à época das licitações) venceram em 30/04/2013, para as operadoras Claro, Oi, Tim e Vivo, vencedoras do Edital 002/2007/SPV-Anatel, e em 01/06/2016, para a operadora Nextel (vide esclarecimentos iniciais). Conforme fiscalizações da Agência, a operadora Claro cumpriu com a obrigação de cobertura 3G em Araguaína/TO no prazo previsto. Quanto à obrigação de cobertura 2G, não há um compromissos em Araguaína específico para a operadora Claro.

Quanto às penalidades, caso seja constatado o atraso o não atendimento de compromissos de abrangência dos Editais, a Agência instaura Procedimento para Apuração dos Descumprimentos de Obrigações (Pado), por meio do qual podem ser aplicadas sanções de advertência, multa, suspensão temporária, obrigação de fazer, obrigação de não fazer, caducidade e declaração de inidoneidade, sem prejuízo das medidas previstas na legislação consumerista e das sanções de natureza civil e penal.

A Agência dispõe, ainda, das apólices de seguro garantia contratadas pelas prestadoras, que podem ser utilizadas como *enforcement* para cumprimento das obrigações e, em último caso, executadas, para que a seguradora arque com a(s) implantação(ões) não realizada(s) pela(s) prestadora(s).

3. A antena da Operadora Claro, localizada no Município de Araguaína/TO, cumpre os requisitos mínimos de abrangência quanto ao atendimento do sinal para a cobertura da área contida até 30 (trinta) quilômetros do limite da sede municipal, alcançando, assim, o distrito de Novo Horizonte, como informado pela Anatel?

Conforme citado nos esclarecimentos iniciais, as obrigações de cobertura com Telefonia Móvel são exigidas somente nos **Distritos Sedes dos Municípios**. Assim, como já mencionado, Araguaína/TO foi atendido em 2013, de acordo com as fiscalizações da Agência. Na época, a Claro possuía 16 (dezesseis) estações cobrindo o Distrito Sede do município, cumprindo com a obrigação estabelecida no Edital 002/2007/SPV-Anatel. A cobertura no Distrito de Novo Horizonte, por outro lado, não foi avaliada na fiscalização, visto que não conta de obrigação da operadora.

Destaca-se que o atendimento às áreas rurais e regiões remotas foi previsto no Edital 004/2012/PVCP/SPV-Anatel, mas não houve a exigência de cobertura dessas áreas com telefonia móvel. O edital facultou a escolha do serviço a ser oferecido. No caso concreto, a Claro optou por atender a área rural com Telefonia fixa (STFC) e internet fixa (SCM).

Quanto à fiscalização dos compromissos rurais, informa-se que o objeto licitado para atendimento das

áreas rurais foi a faixa de radiofrequência de 450 MHz. Todavia, o Edital não determinou que o cumprimento se daria exclusivamente pelo seu uso, sendo que foi estabelecido no item 8.2 do instrumento editalício que os atendimentos rurais poderiam se dar com tal faixa "ou outras subfaixas para as quais já detenha Autorização de Uso de Radiofrequência".

Nesse sentido e sob a alegação de falta de alternativas tecnológicas e escala para fornecimento de equipamentos que viabilizassem o cumprimento das metas por meio do uso da faixa de 450 MHz, as proponentes vencedoras da citada licitação (dentre elas a Claro, a quem cabe cumprir as obrigações em Tocantins) optaram por atender os compromissos parcial e temporariamente por meio de solução satelital. A esse respeito, esclarece-se que foi instaurado processo administrativo nº 53500.025122/2014-48 com o intuito de avaliar a aceitação ou não desse tipo de alternativa (que já está sendo utilizada pelas prestadoras). O citado processo se encontra atualmente em apreciação pelo Conselho Diretor da Anatel.

Assim, as conclusões das atividades de acompanhamento e controle acerca do cumprimento, atraso ou descumprimento dos compromissos pelas prestadoras estão relacionadas à premissa a constar da futura decisão pelo Conselho Diretor da Agência acerca do "meio" aceitável para atendimento (parcialmente satelital e parcialmente terrestre ou totalmente terrestre).

Por fim, cumpre ressaltar que a lide administrativa não exige a prestadora de ofertar o serviço aos interessados, que podem contatar a prestadora **Claro** pelo telefone 0800 721 7612 e consultar maiores informações por meio da internet: <http://clarotv.claro.com.br/ClaroFone/ClaroFoneRural>. Ressalta-se que a cobertura da área rural não implica necessariamente na instalação de equipamentos e/ou estação de telecomunicações no local. A instalação do terminal de usuário somente é feita após solicitação por parte do interessado.

No caso de identificação de recusa ao atendimento de requisições de serviço na área rural, na abrangência do edital, solicita-se o envio de informação a esta Agência, que considerará em suas atividades de fiscalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

3.21. Vale registrar, ainda, que a progressiva ampliação do acesso da população aos serviços de telecomunicações é tema da maior relevância para a Anatel, configurando diretriz de vários estudos de formulação de novas obrigações de atendimento de localidades ainda não atendidas.

3.22. Informações das prestadoras acerca das suas áreas de cobertura, por tecnologia, podem ser acessadas em suas páginas na internet, em conformidade com Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal – RGQ-SMP artigo 11:

a) Claro: <http://www.claro.com.br/celular/cobertura/>

b) Nextel: <http://www.nextel.com.br/cobertura/nacional/mapa-3g>

c) Oi: <http://www.oi.com.br/oi/oi-para-voce/planos-servicos/cobertura>

d) Tim: <http://www.tim.com.br/ba/para-voce/cobertura-e-roaming/mapa-de-cobertura>

e) Vivo: <http://www.vivo.com.br> > **Para Você** > **Móvel** > **Cobertura**

3.23. Os mapas de cobertura representam uma demonstração teórica de presença de sinal, baseada em cálculos de predição, isto porque a cobertura efetiva, conforme já se ressaltou acima, depende de outros fatores.

4. CONCLUSÃO

4.1. Entende-se que as informações contidas no presente Informe devem ser encaminhadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) em atenção ao Requerimento nº 3.497, de 2018.



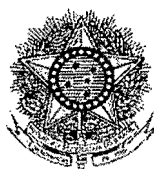
Documento assinado eletronicamente por **Osmar Bernardes da Silva Junior**, **Superintendente de Controle de Obrigações**, em 15/05/2018, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria nº 912/2017 da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **João Marcelo Azevedo Marques Mello da Silva**, **Gerente de Controle de Obrigações de Universalização e de Ampliação do Acesso**, em 16/05/2018, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria nº 912/2017 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2728760** e o código CRC **D9B3A00A**.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRIMEIRA-SECRETARIA

Ofício 1ªSec/RI/II/nº 2276 /18

Brasília, 21 de junho de 2018.

Exmo. Senhor Deputado Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor

RODRIGO MARTINS

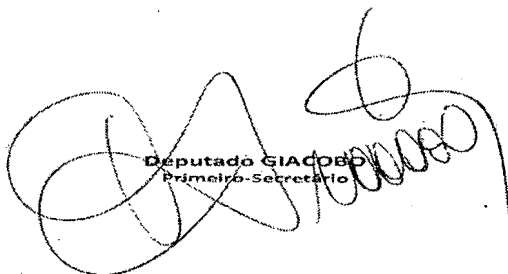
Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152

Assunto: **resposta a Requerimento de Informação**

Senhor Deputado,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Ofício nº 23725/2018/SEI-MCTIC, de 14 de junho de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3.497/2018**, de autoria dessa comissão.

Atenciosamente,


Deputado GIACOMO
Primeiro-Secretário

RECEBI NESTA DATA A PRESENTE DOCUMENTAÇÃO.
EM 21/06/18
Nome por extenso e legível: Fatima Danelas
Ponto: 5031

